

# Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 14

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA  
ANFIP

**Encontro - APOSENTADOS** ..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Visão da ala política prevalece no embate sobre as contas públicas** ..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Fala de Lula sobre déficit mina esforço de Haddad** ..... 5

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**OAB promove Seminário de Negociação Tributária do DF, que tem inscrições gratuitas** ..... 7

VALOR ONLINE - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Resultado primário de 2023 deve ser afetado por "pressões adicionais", diz Tesouro** ..... 8

VALOR ONLINE - OPINIÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Diante da piora fiscal, governo deveria falar a mesma língua** ..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

**"Sentimento geral é de que com a economia não é possível brincar"** ..... 12

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**A irresponsabilidade de Lula (Editorial)** ..... 17

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**O frustrante resultado do Cosud (Editorial)** ..... 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**O futuro na reforma tributária - HENRIQUE MEIRELLES** ..... 19

O GLOBO - RJ - APRESENTADO POR ABRADDEE  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Especialistas discutem impacto da Reforma Tributária na conta de luz** ..... 20

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Aperto monetário nos EUA pode afetar queda nos juros, diz secretário** ..... 22

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Aliados veem realismo na fala de Lula, enquanto oposição aponta fragilidade** ..... 26

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Governo aposta em dez frentes para reduzir Custo Brasil nos próximos anos** ..... 28

Segunda-Feira, 30 de Outubro de 2023

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Para vigorar no governo Lula, reforma precisa ser votada este ano, diz Braga ..... 30

FOLHA ONLINE - SP  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Senado abraça lobby de setores, e especialistas temem novas exceções na Reforma Tributária  
..... 33

PORTAL UOL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alcolumbre admite disputar presidência do Senado e nega campanha contra o STF ..... 36

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo tenta reduzir ruídos entre ministros após fala sobre déficit ..... 40

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Mercado aposta em Selic a 12,25% ..... 42

O GLOBO - RJ - APRESENTADO POR BANCO MASTER  
ECONOMIA

Inflação deve fechar 2023 abaixo do teto da meta (Artigo) ..... 44

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

A mudança da meta e a credibilidade do arcabouço - SERGIO LAMUCCI ..... 45

# Encontro - APOSENTADOS

## **EMÍDIO REBELO FILHO**

A **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (**Anfip**), no período de 6 a 8 de novembro estará em Belém, realizando o I Encontro da Região Norte. O evento será no Complexo Cultural da Estação das Docas, Teatro Maria Silva Nunes. Participarão do Encontro, representantes dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins e também Auditores Fiscais de todo o Brasil. Os contatos poderão ser efetivados pelos telefones 3241-7520, edifício Palácio do Rádio, sala 404, 2<sup>as</sup> e 5<sup>as</sup> feiras e 99191-1257 (Ana Antônia). Parabéns e sucesso pela realização do Encontro à **Anfip** Nacional e **Anfip/PA**.

**DEFASAGEM** A defasagem nos proventos dos aposentados e pensionistas tem que ser corrigida o mais rápido possível. Com esse propósito, solicitamos ao Sindipetro/ PA/AM/MA/AP, que promova gestões com todos os Sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras do País, assim como outras entidades representativas do segmento, no sentido de estabelecer diálogo com a Câmara dos Deputados, a fim de dar prosseguimento à apreciação, votação e aprovação do Projeto de Lei número 3444 de 2008, que dispõe sobre a atualização e regularização das aposentadorias e pensões do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), destacando-se a aprovação no Senado Federal e Comissão de **Seguridade Social** e Família da Câmara, por unanimidade.

**CONFLITO** É um conflito de barbárie o que está acontecendo entre israelenses e palestinos, desprezando-se o que temos de mais sagrado que é a vida, concebida como dádiva de Deus. A morte do ser humano, parece-nos não, é a prioridade. Não há respeito pela criança, pelo jovem, pelo adulto, pela pessoa idosa e pela mulher. A ordem é aniquilar, matar sem piedade, destruir por completo o que se edificou durante toda uma vida de sacrifícios. Entende-se que não é possível continuar essa situação tão deplorável nos dias de hoje. A correção de tão abominável ação tem que acontecer e o entendimento, a união, o bom senso e a prudência são o caminho a ser percorrido. A vida é para ser preservada e vivida com dignidade e liberdade.

**ABUSO** Pessoas inescrupulosas estão se aproveitando para usufruir benesses, lucro fácil,

abusando das pessoas de bem, principalmente aposentados, pensionistas e pessoas idosas. O Instituto da Previdência dos **Servidores Públicos** do Município de Belém (IPMB) está fazendo um alerta aos seus beneficiários, devido às denúncias que tem recebido dos segurados, com referência a ligações telefônicas em nome da Instituição, afirmando que valores estão disponíveis para recebimento, desde que uma parcela seja depositada na conta dos criminosos. É preciso e necessário que a pessoa ao receber o telefonema esteja atenta para não cair na armadilha. O Instituto informa que não faz esse procedimento de oferecer valores financeiros ao segurado.

**ENSINO** O ensino sobre o envelhecer tem a sua inserção prevista na Lei de Política Nacional da Pessoa Idosa, número 8.842, de 4 de janeiro de 1994 e Estatuto da Pessoa Idosa, número 10.741 de 1º de outubro de 2003. Este ensino, como estabelecido, será inserido nos currículos dos diversos níveis do ensino formal, fundamental e médio e nas Universidades como disciplinas obrigatórias de Gerontologia Social e Geriatria. É premente que esta inserção aconteça. O Brasil não é mais um país de jovens. É sim, uma população que envelhece com celeridade e o envelhecimento precisa ser ensinado em todos os níveis educacionais. Basta cumprir o estabelecido na legislação vigente.

Agradecemos.

**EDUCAÇÃO** A propósito, destacamos os artigos 205 e 206 da CRFB-1988: "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VI - garantia de padrão de qualidade".

**LIVROS** "Os livros são o alimento da juventude" (Cícero).

**Site:** <http://www.oliberaldigital.com.br/>

# Visão da ala política prevalece no embate sobre as contas públicas

*Lu Aiko Otta, Jéssica Sant'Ana, Guilherme Pimenta*

Prevaleceu a visão da ala política no embate travado há meses no governo sobre a meta de zerar o déficit das contas públicas em 2024. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deixou claro que, entre bloquear investimentos ou buscar o equilíbrio nas contas públicas, sua opção é por mudar a meta fiscal.

Com isso, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sofreu uma derrota de peso no governo. De quebra, viu comprometida a sua agenda de negociações com o Congresso Nacional em torno de medidas que visam elevar a arrecadação.

Na sexta-feira (27), Lula disse que o resultado fiscal não precisaria necessariamente ser zero e que um déficit pequeno, de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**), ou mesmo de 0,5% do **PIB**, é "nada".

Foi a primeira declaração taxativa do presidente sobre o assunto. A equipe econômica já havia identificado na Casa Civil a origem dos acenos ao relator do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), Danilo Forte (União-CE), a favor de uma alteração da meta para o ano que vem.

A LDO fixa a meta fiscal. Uma meta menos rigorosa abre espaço para mais gastos. Já o déficit zero exigiria um forte contingenciamento de despesas em março de 2024, quando sairá o primeiro relatório reavaliando a execução orçamentária.

É justamente isso que incomodava a Casa Civil, relatam fontes.

Embora o novo arcabouço fiscal tenha estabelecido um piso para investimentos, a interpretação dos técnicos é que esse valor mínimo, de R\$ 69,7 bilhões em 2024, só se aplica à elaboração do orçamento. Não precisa, necessariamente, ser executado (gasto).

Ou seja, investimentos podem ser contingenciados, apesar do piso.

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2024, encaminhado ao Congresso no dia 31 de agosto, prevê receitas e despesas equilibradas, ou seja, déficit zero. Mas, como mostrou o Valor, o resultado se baseia em receitas cuja concretização é colocada em

dúvida pelos próprios técnicos do governo.

No caso da medida provisória que muda as regras de tributação sobre a subvenção de incentivos fiscais concedidos a Estados, o governo incluiu a previsão integral de arrecadar R\$ 35,3 bilhões, apesar de a área técnica da **Receita Federal** ter recomendado cautela com a projeção, diante do elevado grau de incerteza, devido a questionamentos judiciais e mudança de comportamento dos contribuintes.

O governo também incluiu no Orçamento uma receita de R\$ 44 bilhões em concessões e permissões em 2024, das quais R\$ 34 bilhões vêm de projetos ainda condicionados a decisões do Tribunal de Contas da União (TCU).

Até hoje, apesar dos inúmeros pedidos da reportagem, o Ministério dos Transportes não esclareceu o montante projetado. Outra receita incerta é a com o retorno do voto de qualidade no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

E não é somente pelo lado da receita que o Orçamento carrega incertezas. Pelo lado das despesas, especialistas apontam que algumas podem estar subestimadas, como os gastos previdenciários, que o governo reduziu em R\$ 12,5 bilhões a previsão.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187700?page=1&section=1>

# Fala de Lula sobre déficit mina esforço de Haddad

**Marta Watanabe**

A declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que a meta fiscal para 2024 "não precisa ser zero" enfraquece o trabalho feito no Congresso pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, além de poder engrossar o coro dos que pressionam pela revisão do alvo para o resultado primário no ano que vem. A avaliação é compartilhada por economistas que também consideram que o "timing inconveniente" escolhido por Lula pode ainda afetar as expectativas, atrapalhando o processo em curso de queda dos juros.

"A fala de Lula não reflete um agente político com experiência e consciente dos vasos comunicantes que uma sinalização como essa produz nas variáveis macroeconômicas e financeiras", afirma Gabriel Leal de Barros, sócio da Ryo Asset. Para ele, as declarações de Lula deterioram a confiança, que já era baixa, de que o governo vai cumprir a meta de déficit primário zero do governo central em 2024, ou mesmo de um rombo de 0,25% do **PIB**, ainda dentro da banda de tolerância para o alvo definido para o ano que vem, de 0,25 ponto percentual do **PIB**, para mais ou para menos. O resultado primário é a diferença entre receitas e despesas, excluindo gastos com juros.

A ação de Lula, diz Leal de Barros, pode autorizar que novos atores políticos se somem a vozes até então mais isoladas que defendiam a revisão de metas. "Isso deve afetar o tamanho da desidratação de alguns projetos importantes encaminhados pelo governo ao Congresso.

O mais importante para a semana que vem é a medida sobre subvenções de ICMS, que já deverá ser desidratada porque, além da exigência de habilitação prévia na **Receita Federal** para uso do crédito, há toda a discussão sobre o crédito presumido e a preocupação para que as empresas do Nordeste não sejam afetadas.

A fala de Lula vai impactar o quanto o Congresso irá entregar de ganho fiscal", avalia Leal de Barros, ex-diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI).

"Não é novidade Lula ter essa retórica com o mercado nem fazer a defesa do investimento público. O que assustou todo mundo e chocou a todos é que existe uma ação muito intensa do ministro Haddad junto ao

mundo político, de buscar mais receitas, e também junto ao próprio governo, no sentido de defender a importância da meta zero", diz Carlos Kawall, sócio fundador da Oriz Partners e ex-secretário do Tesouro Nacional. Para ele, a fala de Lula joga uma "cortina de fumaça" no pilar fiscal, dentro de uma regra que o próprio governo trouxe e cria a ideia de que o ministro da Fazenda não é tão forte assim.

Outra repercussão, diz Leal de Barros, é no cenário de risco de a meta de resultado primário ser alterada ainda este ano, apesar de Haddad negar. Uma parte do mercado acreditava que a revisão aconteceria somente em 2024, em razão do efeito colateral que isso tem na política monetária do Banco Central, diz. "Olhando única exclusivamente para o modelo do BC, ele [o modelo] estaria autorizando uma aceleração de corte na taxa de juros para 0,75 ponto percentual em dezembro.

O mercado estava usando essa comunicação do fiscal com o monetário como premissa de que a meta de déficit não seria alterada este ano, somente em 2024, justamente para dar conforto necessário para o BC. Com essa fala do Lula essa especulação cai por terra, porque o balanço de riscos do BC fica pior por conta do fiscal." Para Kawall, o contexto anterior ao da declaração de Lula dava ao Copom segurança para continuar o ciclo de corte de juros. "Acredito que ainda haverá o corte, mas os passos subsequentes se tornam um pouco menos certos porque agora o próprio presidente jogou uma cortina de fumaça em cima do pilar fiscal, dentro de uma regra que o próprio governo criou." "O que o presidente Lula faz joga mais dúvidas sobre a possibilidade de ter um corte de juros mais rápido por conta de opilar fiscal estar sendo erodido, de você não respeitar a regra." Além disso, acrescenta Kawall, é "surpreendente a deselegância" da declaração de Lula no momento em que o ministro da Fazenda está brigando no Congresso pela aprovação "O presidente Lula atirou no mercado e alvejou o próprio ministro da Fazenda" Carlos Kawall de medidas tributárias para chegar o mais perto possível do cumprimento da meta fiscal em 2024. "Nesse sentido, a afirmação do ponto de vista de estratégia de política econômica está totalmente na contramão daquilo que seria necessário, criando a ideia de que o ministro Haddad não é tão forte assim", diz Kawall.

"Ele atirou no mercado e alvejou o próprio ministro da Fazenda, como se Haddad estivesse fazendo um serviço do mercado." Ainda que a meta não seja revisada ainda neste ano, diz Leal de Barros, a fala de Lula inaugura uma sequência de debates sobre qual será a nova meta de resultado primário.

É preciso lembrar, diz, que a expectativa de desaceleração da economia e de piora de desempenho das receitas recorrentes cria um embaraço para o governo na reestimativa de déficit. "O governo pede [nas medidas que enviou para votação] R\$ 170 bilhões [em receitas] e o Congresso vai entregar no melhor dos cenários de aumento de carga tributária R\$ 70 bilhões.

Deveremos ter um déficit de R\$ 100 bilhões, bem acima de 0,5 ponto percentual do **PIB**." Se a meta de déficit primário for mantida em zero para 2024 e o déficit for maior que o 0,25% de **PIB** permitidos pela banda de flutuação da regra, será necessário fazer contingenciamento e gatilhos também podem ser acionados para 2025, limitando a expansão do gasto, lembra Kawall. "A briga hoje no fundo é se será respeitada a regra criada pelo próprio governo e que, mesmo frouxa, provavelmente vai demandar algum tipo de esforço, como um contingenciamento no ano que vem, ou se a meta será alterada, sem nenhum tipo de restrição no gasto." O arcabouço fiscal, lembra ele, tem um piso de investimento, o que preserva também esse tipo de gasto. "O que temos é que a despesa discricionária, tirando investimentos, subiu muito por conta do fim do teto. Então poderia se fazer o contingenciamento fora dos investimentos e dar alguma contribuição na direção do cumprimento da meta."

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187700?page=1&section=1>

# OAB promove Seminário de Negociação Tributária do DF, que tem inscrições gratuitas

**Brasília**

**Emerson Fonseca Fraga, do R7, em Brasília**

A Seccional do Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-DF) promove, em 30 de outubro, o "Seminário de Negociação Tributária do DF: alternativas e sugestões". O evento ocorre a partir das 19h no auditório da instituição, na 516 Norte, no Plano Piloto. Clique aqui para acessar a página de inscrições, que são gratuitas.

Um dos palestrantes é Wesley Rocha, conselheiro do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** e presidente da Associação dos Conselheiros Representantes dos Contribuintes no **Carf** (Aconcarf). "O evento pretende reunir especialistas nas negociações em matéria tributária com o intuito de debater instrumentos que possam colaborar num incremento de arrecadação para o fisco, mediante estímulos e alternativas de pagamento de **tributos** e negociações com o contribuinte", afirma o jurista.

Compartilhe esta notícia no WhatsApp

Compartilhe esta notícia no Telegram

O seminário terá três mesas de debate: "Negócio jurídico processual em matéria tributária", "Garantia administrativa tributária" e "Penhora de faturamento na execução fiscal". Os participantes receberão certificado de três horas emitido pela OAB-DF.

**Site: <http://noticias.r7.com/brasilia/oab-promove-seminario-de-negociacao-tributaria-do-df-que-tem-inscricoes-gratuitas-27102023>**

# Resultado primário de 2023 deve ser afetado por "pressões adicionais", diz Tesouro

*Por Guilherme Pimenta e Estevão Taiar, Valor - Brasília*

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirmou nesta sexta-feira que a tendência é o governo encerrar este ano com um déficit das contas públicas pior do que o projetado - entre 1% e 1,2% do **PIB** -, tendo em vista "pressões adicionais" que surgiram, como a antecipação de compensação aos estados, efeitos cambiais e intempestividade na aprovação de algumas medidas legislativas.

Um deles, disse, foi a lei complementar de compensação aos estados, que complementa os fundos constitucionais de participação, bem como a antecipação da parcela de 2024 dos pagamentos aos entes subnacionais, que causa um impacto de até R\$ 20 bilhões ao resultado. Sem esses impactos, o déficit projetado atualmente é de R\$ 141 bilhões, sem considerar cerca de R\$ 30 bilhões de um possível empoçamento.

Outro fator que não estava previsto, de acordo com o secretário, foi a não aprovação tempestiva do PL que devolve o voto de qualidade ao **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. A expectativa para este ano é arrecadar somente R\$ 10 bilhões dos R\$ 50 bilhões que estavam previstos originalmente. "O planejamento original foi prejudicado em relação ao **Carf** e tem um efeito importante", comentou.

Ceron também citou que o governo pode não contar com os R\$ 15 bilhões de depósitos judiciais da Caixa este ano, que estão previstos.

Além disso, Ceron disse que uma eventual decisão favorável do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre precatórios ainda este ano pode influenciar o resultado primário em até R\$ 95 bilhões, já que o governo poderia limpar o estoque por meio da abertura de crédito extraordinário, caso a Corte autorize.

Em relação à arrecadação, que vem caindo, Ceron disse que haverá uma perda de receitas decorrente de câmbio e IGPs entre R\$ 25 bilhões a R\$ 30 bilhões somente neste ano. "Também gera algum cenário desafiador em relação ao que prevíamos", comentou.

- Foto: José Cruz/Agência Brasil

**Site:**

***[https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/10/27/resultad  
o-primario-de-2023-deve-ser-afetado-por-pessoes-  
adicionais-diz-tesouro.ghtml](https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/10/27/resultad<br/>o-primario-de-2023-deve-ser-afetado-por-pessoes-<br/>adicionais-diz-tesouro.ghtml)***

# Diante da piora fiscal, governo deveria falar a mesma língua

30/10/2023 05h02 Atualizado há uma hora

Os resultados fiscais estão piorando. De janeiro a setembro, as contas do governo central tiveram um déficit fiscal (receitas menos despesas, excluindo juros) de R\$ 93,37 bilhões. O projeto de lei orçamentária para o ano permite resultado negativo de R\$ 228,1 bilhões, mas o governo prometeu que o déficit seria menor, da ordem de R\$ 100 bilhões. Na sexta-feira, com as estatísticas de setembro, o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, disse que o buraco será maior do que o previsto, de 1% a 1,2% do **PIB**. Para 2024, quando estreia o novo regime fiscal, a meta é zerar o déficit. Faltam R\$ 168 bilhões em receitas adicionais para isso, algo muito difícil de ser obtido.

Pouco tempo depois que o Tesouro apresentou os números, o presidente Lula, em sua primeira entrevista coletiva após a cirurgia a que se submeteu, disse que a meta de déficit zero não deverá ser cumprida e insinuou que o piso inferior de variação do regime (déficit de até 0,25% do **PIB** em 2024) pode ser o objetivo. "Nós dificilmente chegaremos à meta zero, até porque eu não quero fazer cortes em investimentos e obras", disse o presidente. "A gente não precisa disso". Lula acrescentou: "Eu não vou estabelecer uma meta fiscal que eu tenho que começar o ano fazendo corte de bilhões nas obras que são prioritárias nesse país. Se o Brasil tiver um déficit de 0,25% (do **PIB**), o que é 0,25%? Nada".

O novo regime fiscal necessita de aumento de arrecadação para se sustentar, já que prevê aumento contínuo de despesas. Mas contribuiu para acalmar os investidores em relação às piores expectativas existentes sobre o que o PT faria após o fim do teto de gastos, isto é, a perspectiva de uma explosão do endividamento público. O novo regime impede um crescimento rápido da dívida, mas precisa mostrar que funciona de acordo com as premissas que estabeleceu. O presidente, porém, as pôs agora em dúvida, assim como subvalorizou o trabalho do ministro da Fazenda e de sua equipe.

O governo Lula iniciou o ano sob o signo da PEC da Transição, que lhe deu autorização para gastar R\$ 165 bilhões a mais do que permitia o finado teto de gastos. O ministro Fernando Haddad se esforça para reduzir o déficit neste ano e cumprir a meta no próximo. A

situação das contas públicas não é um desastre, até mesmo porque a economia crescerá mais (3,1%) este ano do que em 2022. Tesouro e Banco Central tiveram superávit de R\$ 155 bilhões no ano até setembro, que se transformou em déficit quando contabilizado o rombo da previdência, de R\$ 251 bilhões. Houve o aumento previsto de R\$ 55,8 bilhões no Bolsa Família e de R\$ 12 bilhões na Saúde.

Mas o secretário do Tesouro disse que houve alguma frustração de receitas, além de despesas imprevistas que afetam ou afetarão o resultado no ano, como a antecipação da compensação aos Estados (R\$ 20 bilhões) e a demora na aprovação do voto de qualidade do **Carf**, que poderá trazer R\$ 10 bilhões dos R\$ 50 bilhões esperados no exercício com a medida. A progressiva regularização da fila da concessão de aposentadorias elevou as despesas no ano em R\$ 29,8 bilhões. O governo também deixará de contar com R\$ 15 bilhões dos depósitos judiciais da Caixa Econômica Federal. Com isso, o resultado fiscal do ano deverá ficar mais próximo do estimado pela quarta avaliação bimestral de receitas e despesas - déficit de R\$ 141 bilhões.

As receitas administradas pela **Receita Federal** encolheram 2% no ano, ou R\$ 22 bilhões. Mas é a enorme queda da arrecadação não administrada pela Receita que tem um peso decisivo no aumento do rombo - está R\$ 101 bilhões menor que no mesmo período de 2022. A redução nas receitas de concessões e permissões, de 86%, foi de R\$ 38,48 bilhões; a dos dividendos e participações, de R\$ 40,64 bilhões; e a de exploração de recursos minerais, de R\$ 22,27 bilhões. O governo tem responsabilidade nas duas primeiras, ao se mostrar pouco interessado em deslanchar concessões e defender que a Petrobras, a grande fonte de dividendos para o governo federal, os diminua. A redução dos preços do petróleo afetou os recursos coletados da extração mineral. Feitas todas as contas, as receitas totais até setembro caíram R\$ 56,9 bilhões.

Como a economia terá alguma desaceleração no terceiro e no quarto trimestres, as receitas possivelmente não mudarão de tendência. Um resultado pior no ano dificultará a zeragem do déficit em 2024, para o qual haverá ainda grandes dificuldades para aumentar recursos. A lentidão na obtenção de recursos extras não se deve à

negligência da equipe econômica, mas à arrastada e difícil negociação dos caciques do Congresso, reunidos no Centrão, para obter posições nos ministérios e estatais do governo Lula. E há possível superestimação do impacto das medidas previstas, como a da arrecadação decorrente de decisão judicial sobre o uso do ICMS para abater **impostos** federais.

Diante de uma meta fiscal difícil de ser obtida, o governo deveria falar a mesma língua e agir na mesma direção. Mas é o presidente Lula, a quem cabe comandar politicamente esse esforço, que vem a público dizer que a meta inaugural do novo regime fiscal de seu governo não deverá ser cumprida - e de uma forma que indica que isso parece não ter qualquer importância.

**Site:**

***<https://valor.globo.com/opiniao/noticia/2023/10/30/diante-da-piora-fiscal-governo-deveria-falar-a-mesma-lingua.shtml>***

# "Sentimento geral é de que com a economia não é possível brincar"



Pacheco: "O fato é que mandatos do ministro do Supremo Tribunal Federal é algo adotado em diversos países"

**Julia Lindner, Caetano Tonet, Andrea Jubé e Fernando Exman**

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), garante que pautas econômicas, como a **reforma tributária** ou o projeto que taxa investimentos offshore e fundos exclusivos, avançarão neste ano, a despeito de eventuais problemas na relação do governo com os senadores.

"Insatisfações pontuais não contaminam o sentimento geral de que com a economia não é possível brincar", disse ao Valor.

Para o senador, que preside também o Congresso Nacional, discussões sobre pautas comportamentais ou que tratem do funcionamento do Supremo Tribunal Federal (STF) tampouco afetarão a agenda econômica.

Apesar das especulações de que tenta se aproximar dos bolsonaristas ao defender essa agenda pensando em seu projeto eleitoral para 2026, Pacheco afirma que cogita deixar a política após terminar o mandato de senador.

A despeito dos esforços de ajuste fiscal, ele voltou a defender a proposta que recria o chamado "quinquênio" para juízes, procuradores e defensores públicos.

Em contrapartida, manifestou-se a favor de que 2024 seja marcado por uma discussão sobre o tamanho do Estado e a qualidade dos gastos orçamentários. Perguntado se neste caso o uso do termo "reforma administrativa" poderia atrapalhar esse debate com o governo, ele sorriu. E concordou.

"Não vamos cair no equívoco de uma reforma administrativa ser confundida com o sacrifício do funcionário público, como se eles fossem os vilões do Brasil", argumentou na sequência. "É uma discussão de tamanho do Estado, que envolve as corporações, a quantidade de funcionários, de como o uso da tecnologia pode melhorar a produtividade, como se pode exigir meritocracia".

A seguir os principais pontos da entrevista ao Valor: Qual é a sua visão para a pauta econômica e como isso pode influenciar no déficit fiscal?

Rodrigo Pacheco: A minha percepção e a percepção geral do Senado é de uma prioridade, de uma importância muito grande da pauta econômica para o Brasil.

Nós temos essa consciência e trabalhamos em função disso.

Há de minha parte a propensão de ajudar nessas pautas, partindo da premissa de que a liderança da política econômica deve se dar no âmbito do governo pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. E, naturalmente, o Congresso deve ter um juízo crítico, de responsabilidade para contribuir e aprimorar as propostas.

Mas há uma diretriz do governo com a qual estamos acordados.

Valor: Haverá tempo para aprovar tudo até dezembro?

Pacheco: Sim. Temos novembro e dezembro para poder cumprir essa missão, lembrando que nós já aprovamos muitos outros projetos ao longo do ano. Agora, a **reforma tributária**, esses projetos de sustentação para o regime fiscal, são prioridades e nós devemos apreciá-los até dezembro, assim como nós esperamos também a aprovação da lei orçamentária.

Valor: Percebe insatisfações no Senado com o governo? Isso afeta?

Pacheco: Eventuais e pontuais insatisfações não contaminam o sentimento geral de que com a economia não é possível se brincar.

É preciso ter a solidez da nossa economia com a aprovação de propostas e projetos que sejam sustentáveis. Isso está muito além de eventuais insatisfações de parlamentares com o governo.

O sentimento geral em relação à **reforma tributária** é de senso de importância, da sustentação do marco fiscal, da lei orçamentária igualmente. Acho que são coisas separadas, e a pauta econômica não se contaminará com eventual dificuldade de senadores com o governo federal.

Valor: Isso pode atingir outras pautas ou indicações?

Pacheco: Eventuais insatisfações sempre existem nessas relações entre Legislativo e Executivo, mas eu não valorizo necessariamente isso. Não sei como elas se expressarão. Na pauta econômica certamente não será, porque nós temos uma necessidade premente de combate à fome, de geração de emprego, de contenção da **inflação**, de redução da taxa de juros, de aumento do crescimento do **PIB** do Brasil, do aumento das nossas reservas, da nossa balança comercial. Toda a sociedade brasileira, o mercado, podem ter a segurança em relação ao Senado de que haverá de nossa parte colaboração para que projetos bons sejam aprovados.

Valor: Há uma disputa velada entre Câmara e Senado por mais espaço no governo Lula?

Pacheco: Não é de hoje que há eventuais dificuldades na relação entre Câmara e Senado. Isso sempre existiu, e não é capaz de contaminar a aprovação de projetos bons para o país. Não há uma disputa de poder. O que houve na formação do governo foi um critério feito pelo governo federal, pelo presidente Lula, em relação aos partidos políticos que compõem a sua base. Esses partidos, por sua vez, escolheram os nomes, representantes para ocupação dos espaços, ora senadores, ora deputados.

Não houve qualquer tipo de preferência do Senado em detrimento da Câmara ou vice-versa.

Valor: A rejeição do indicado de Lula para a Defensoria Pública da União (DPU) não seria um sinal dessa insatisfação?

Pacheco: Isso absolutamente nada tem a ver com

essa questão relativa à Câmara, à Caixa Econômica Federal e à escolha do seu presidente. Já há bastante tempo isso vem sendo discutido e vem acontecendo um sentimento de rejeição ao nome que foi indicado.

Eu particularmente quero afirmar que nenhuma rejeição tenho, inclusive votei a favor. Mas houve um sentimento da Casa já de bastante tempo em relação a essa questão da DPU. Mas foi um fenômeno natural, típico do Senado em alguns momentos de aprovação ou de rejeição.

Valor: Como viu o parecer da **reforma tributária**? Pode haver ainda mais flexibilizações? Houve críticas em relação a isso.

Pacheco: Primeiro, preciso fazer um reconhecimento ao trabalho feito pelo relator, o senador Eduardo Braga (MDB-AM), que apresentou seu parecer a partir das suas convicções e de estudos profundos. Obviamente que agora é um papel que tanto a CCJ e o plenário do Senado devem fazer, e nosso desejo é ter o melhor texto possível. Na essência, a reforma é muito importante para o Brasil, para a simplificação tributária e para o desenvolvimento econômico, de modo que nós temos também o comprometimento de buscar vê-la aprovada no mês de novembro.

Valor: Existe uma previsão de o Senado analisar nesse mesmo período projetos relativos ao Judiciário.

Isso pode dificultar o avanço da **reforma tributária**?

Pacheco: Não. São coisas bem independentes e digo até que não se comunicam. A tributária é um pilar de uma política econômica e de desenvolvimento do país. E esses projetos, como a PEC dos militares, ou referentes ao Judiciário, como o fim da reeleição, ou uma discussão acerca do fundo eleitoral e do Código Eleitoral, são temas igualmente importantes, mas que não se comunicam com a **reforma tributária**.

Em relação ao Poder Judiciário, há uma previsão, nesse mês de novembro, de apreciarmos o projeto de lei que define as verbas indenizatórias. Ele busca reduzir ou acabar com aquelas situações chamadas de supersalários no âmbito do Judiciário. Ao mesmo tempo, [deve-se votar] uma proposta de reestruturação da carreira, com valorização pelo tempo da magistratura em função da dedicação exclusivíssima.

Valor: Essa questão da valorização da carreira do Judiciário, a chamada PEC do Quinquênio, no momento em que o governo é cobrado a controlar despesas, não acaba dando uma sinalização errada?

Pacheco: Não. Isso é algo típico e próprio do Judiciário, que já tem o seu orçamento pré-definido.

Não gera o impacto de acréscimo para o erário de um modo geral. É algo que vem a estimular a carreira. A economia que se fará com esse projeto de lei das verbas indenizatórias é certamente maior do que o impacto para o VTM [Valorização por Tempo na Magistratura]. Nós temos que nos preocupar muito com a qualidade da Justiça brasileira e isso passa pela valorização de seus profissionais, porque hoje há um fenômeno constante de juízes deixando a magistratura. É uma preocupação que eu tenho de médio, longo prazo, obviamente de forma sustentável e concomitantemente a um regramento que evite aquelas notícias de salários estratosféricos.

Valor: Como fica a relação com o STF diante do avanço da pauta sobre o Judiciário?

Pacheco: A proposta que regula as decisões monocráticas e também a dos mandatos de ministros do STF são muito positivas para a Corte. Não há de nossa parte nenhum tipo de animosidade ou de acirramento, e tampouco de retaliação. Sempre promovi não só a defesa da democracia, mas também a defesa das instituições. O aprimoramento legislativo que se fornece ao Judiciário é algo esperado, para não se dizer exigido. Nossa proposta parte da boa intenção.

Valor: Até pelo 8 de janeiro, não acha que o timing para essa discussão é prematuro? Não reacende o bolsonarismo mais radical?

Pacheco: Nós não podemos ficar reféns de situações de apropriação de temas no segmento político, seja de extrema direita, seja de extrema esquerda. Temos que fazer as coisas que são importantes para o Brasil, independentemente da versão que se queira dar a elas. O fato é que mandato de ministro do Supremo Tribunal Federal é algo adotado em diversos países. É fato também que diversos ministros atuais e anteriores à Suprema Corte defenderam ou defendem o mandato. É fato também que eu, na minha reeleição, ao rechaçar as ideias de impeachment de ministros e de aviltamento da instituição, eu dizia que o nosso papel era de legislar para propor inclusive o mandato de ministro do Supremo. É uma discussão honesta, propositiva. Se algum segmento político radical tenha se apropriado dele, não faz dela uma proposta ruim.

Valor: Isso é uma resposta a uma suposta invasão de competência do Supremo no Legislativo?

Pacheco: O exercício de autocontenção é importante para todos os Poderes, seja o Judiciário, seja o Legislativo, seja o Executivo.

Em nenhuma hora vou deixar de fazer esse diálogo

constante para a gente poder ter esse equilíbrio.

E algumas matérias tratadas no Supremo invadem a competência do Poder Legislativo, como é o caso da descriminalização do porte de drogas.

Valor: Quando o senhor fala de qualidade do Orçamento, de gasto, é no contexto da reforma administrativa?

Pacheco: Eu acho que qualidade de gasto público envolve a definição do diagnóstico do país em termos orçamentários, de quais são as nossas vulnerabilidades e as nossas necessidades, para onde tem que ir o dinheiro público. Não podemos cair no equívoco de achar que tudo que há para funcionário público no Brasil é privilégio ou regalia. Essa é uma reflexão que todos os Poderes unidos, juntamente com governadores, prefeitos, e a sociedade civil devem fazer para a gente chegar num bom termo.

Valor: O senhor fugiu do termo reforma administrativa. Isso é porque com esse nome o governo não ajuda?

Pacheco: [ele reduz o volume da voz e sorri] ...Não passa. Brincadeira...

Pode chamar como quiser. O que eu acho é que não se pode confundir reforma administrativa com sacrifício de funcionário público. Não vamos cair no equívoco de uma reforma administrativa ser confundida com o sacrifício do funcionário público, como se eles fossem os vilões do Brasil.

Valor: De que se trata a reforma na sua visão?

Pacheco: É uma discussão de tamanho do Estado, que envolve as corporações, a quantidade de funcionários, de como o uso da tecnologia pode melhorar a produtividade, como se pode exigir meritocracia. Essa é a discussão que nós temos que fazer, e com a qual os funcionários públicos concordam.

Valor: O presidente Lula deve indicar em breve um nome para o STF.

Que perfil o senhor acha que seria ideal para o cargo, considerando que esse nome será submetido ao Senado? Um quadro político como o ministro da Justiça, Flávio Dino, terá mais dificuldade?

Pacheco: Não vejo dificuldade em relação a nenhum dos três nomes postos pela imprensa como possíveis: os ministros Flávio Dino, Jorge Messias e Bruno Dantas.

Os três têm plenas condições de serem ministros do

Supremo, e é um prestígio porque têm vínculos com o Senado. Um [Dino] é senador, um [Dantas] foi consultor do Senado e o outro [Messias] foi chefe de gabinete do senador Jaques Wagner.

Valor: A oposição diz que Dino pode enfrentar mais obstáculos. O senhor enxerga isso?

Pacheco: Não acredito que seja o sentimento geral da Casa.

Valor: Além da pauta econômica, também haverá espaço para votar projetos relacionados aos costumes?

Pacheco: Primeiro que essa pauta não foi imposta pelo Congresso.

Surgiu no âmbito do STF, que pautou a descriminalização do porte de maconha para uso pessoal, a questão do aborto, marco temporal, imposto sindical, o direito de propriedade.

Valor: O argumento é de que o STF julgou esses temas porque o Legislativo se omitiu. O senhor concorda?

Pacheco: Isso partiu da premissa equivocada de que há omissão do Legislativo. Já que isso está sendo discutido nacionalmente, façamos também essa discussão.

Valor: Mas haverá tempo suficiente para votar as pautas econômicas e de costumes?

Pacheco: É possível apreciá-las até o fim do ano.

Valor: O que pode ser votado de costumes ainda neste ano?

Pacheco: Os vetos ao marco temporal e a proposta de emenda à Constituição relativamente ao porte de drogas. Mas obviamente que isso depende da CCJ e dos líderes partidários.

Valor: Sobre marco temporal, o governo tem dito que está se baseando na decisão do Supremo. É possível chegar a um acordo sobre esse tema?

Pacheco: Na segunda-feira (30), haverá uma reunião dos líderes do governo e da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) com o ministro Alexandre Padilha [Relações Institucionais]. Se houver bom senso, é possível conciliar o direito dos povos originários com o desenvolvimento do país, do agronegócio, e o direito de propriedade. Agora é exercitar o diálogo até que haja uma solução definitiva.

Valor: Existe uma percepção de que há uma maior dificuldade do governo de articulação política no Senado. Qual é sua avaliação dessa articulação?

Pacheco: Não há problema na relação do Senado com o Poder Executivo. Considero o trabalho do líder Jaques Wagner no Senado, e do líder Randolfe Rodrigues no Congresso, de boa qualidade.

Até aqui o governo tem tido boas vitórias no Parlamento, em especial no Senado. Eu espero muito contribuir para que esse ambiente continue a existir. O que não podemos confundir é que essa boa relação com o governo signifique o isolamento da oposição.

Valor: Como assim?

Pacheco: Assim como presidente do Senado no governo anterior eu dei voz e vez para a oposição, o mesmo eu devo fazer agora, porque há uma oposição legítima de partidos políticos, em volume até considerável, que, obviamente, tem que ter voz e participar das discussões.

Valor: Tem uma leitura de que o senhor está se aproximando da oposição, da direita, pensando num projeto eleitoral em 2026. Como vê essa interpretação, e quais os seus planos futuros?

Pacheco: Isso não é uma lógica de aproximação, é um exercício da presidência do Senado que pressupõe essa pluralidade.

Eu disse recentemente numa reunião que, não obstante haja divergência em relação a temas diversos, o que nos une é a defesa do Legislativo.

Valor: Então não tem viés eleitoral nos seus movimentos?

Pacheco: Não há nenhuma lógica de cunho eleitoral nisso. As eleições estão muito distantes, e eu tenho compromisso imediato com a presidência do Senado.

Não estou nem minimamente preocupado com o futuro político-eleitoral. Tendo sido presidente do Senado e do Congresso duas vezes, e presidente da Comissão de Constituição de Justiça da Câmara, eu considero até que já estou realizado na vida pública. Considero até não disputar eleição em 2026.

"Apercepção geral do Senado é de uma prioridade da pauta econômica para o Brasil" "Considero que já estou realizado na vida pública.

Considero até não disputar eleição em 2026"

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ONLINE

'Sentimento geral é de que com a economia não é possível brincar'

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187700?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187700?page=1&section=1)**

# A irresponsabilidade de Lula (Editorial)

Em um surto de sinceridade, o presidente Lula da Silva afirmou que a meta de zerar o déficit fiscal no ano que vem não precisa ser cumprida. Segundo ele, o resultado dificilmente será atingido sem a realização de cortes orçamentários em investimentos e obras públicas, algo que ele não deseja fazer. "A gente não precisa disso", disse o presidente, referindo-se à meta de déficit zero, em café com jornalistas no Planalto na sexta-feira passada.

Quem escolhe a vida pública sabe que existem muitas coisas que não devem ser ditas - não porque elas não sejam verdade, mas pelos efeitos indesejados que essas verdades podem gerar.

Mas foi exatamente isso que o presidente fez na semana passada, ao jogar uma pá de cal sobre a meta a que o próprio governo se impôs.

Havia sido uma semana muito positiva no mercado financeiro. A prévia da **inflação** reforçou as apostas dos analistas sobre a manutenção do ritmo de redução da taxa básica de juros. Após a fala do presidente, o dólar voltou a romper o patamar de R\$ 5,00, a bolsa caiu e os juros futuros dispararam, desancorando expectativas que guiam as decisões do Banco Central (BC) a menos de uma semana da reunião em que o Comitê de Política Monetária (Copom) anunciará a taxa básica de juros.

Como esperado, a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), saiu em defesa do chefe. Segundo ela, o mercado financeiro teve uma reação irracional, pois nunca acreditou de fato na meta do déficit zero. Hoffmann, no entanto, não é nenhuma amadora e sabe exatamente o impacto da mensagem que Lula da Silva passou.

Quando os economistas demonstram ceticismo em relação ao déficit zero, cumprem sua obrigação de alertar a sociedade quanto à solidez das contas públicas. Quando a oposição ironiza o compromisso, faz o jogo político que dela se espera. Quando o Congresso resiste à meta, tenta ampliar seu acesso ao Orçamento. Quando o presidente da República em pessoa menospreza a meta anunciada pelo seu próprio ministro da Fazenda, está sendo apenas irresponsável.

Ainda que inexecutável, o déficit zero é sempre um objetivo defensável. Ele expressa uma disposição inicial ao acerto, o que já é muita coisa. Manter o objetivo inalterado significa caminhar em sua direção,

o que implica pronta e imediata rejeição de medidas que abram mão de receitas ou aumentem gastos.

Sabe-se que o mundo real não é exatamente assim. A própria pandemia de covid-19 mostrou o quanto demandas inesperadas podem surgir sem aviso prévio e precisam ser acomodadas.

Não há, no entanto, nenhum motivo, neste momento, para renunciar previamente à meta no primeiro ano em que ela seria testada.

Quando o presidente fala em "obras", deputados e senadores entendem "emendas". Ambas fazem parte da mesma rubrica de despesas não obrigatórias.

A meta de déficit zero exige um corte na verba de gastos discricionários de até R\$ 53 bilhões, de forma que as emendas não seriam poupadas. É disso que se trata: Lula está mais preocupado em saciar a fome de sua base fisiológica do que em bancar o compromisso de equilíbrio fiscal assumido pelo ministro Fernando Haddad.

O Legislativo se sente credor do governo e sabe que é essencial para que a agenda do Executivo continue a avançar.

Depois de meses de negociações difíceis e custosas, a Câmara aprovou o projeto de lei que tributa fundos exclusivos e offshore. No Senado, a despeito das críticas, a **reforma tributária** caminha para ser aprovada com benefícios superiores aos custos.

Em troca, parlamentares querem a garantia de suas emendas, mesmo que elas comprometam o arcabouço a que eles mesmos deram aval. Afinal, se esse contexto piorar as expectativas a ponto de elevar a **inflação** e impedir a redução dos juros, Lula retomará as críticas ao Banco Central, isentando o Congresso e a si mesmo de qualquer responsabilidade.

O ministro Haddad sai derrotado do episódio e sem qualquer moral para cobrar alguma austeridade da Câmara e do Senado. Quem realmente perde, no entanto, é o País, sobretudo os mais pobres, que Lula diz defender.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# O frustrante resultado do Cosud (Editorial)

Acriação do Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud) foi finalmente aprovada pelas Assembleias Legislativas de cada um dos sete Estados que compõem as regiões. Embora só agora tenha passado formalmente a existir, o consórcio já havia realizado oito reuniões desde 2019 e acaba de fazer a nona. As discussões resultaram na Carta de São Paulo, documento que expôs o tamanho do desafio que o Cosud terá de superar na busca de consensos possíveis entre tão diferentes unidades da Federação.

Em defesa do consórcio, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema, pregou, em entrevista ao Estadão em agosto passado, que o Sul e o Sudeste precisavam ter mais protagonismo nas discussões que ocorrem em Brasília.

Ele, de fato, tinha um bom ponto.

Embora representem 70% do Produto Interno Bruto (**PIB**) nacional e abriguem 56% da população brasileira, as duas regiões têm sido sub-representadas no âmbito da Câmara e do Senado.

O Cosud, segundo Zema, seria uma forma de melhor resguardar os interesses desses Estados, a exemplo dos bem-sucedidos consórcios do Nordeste e da Amazônia Legal. A própria Constituição, em seu artigo 241, garante essa forma de atuação conjunta. O momento para criar o consórcio não poderia ser mais adequado. O Congresso discute a **reforma tributária** sobre o consumo, cujas mudanças afetarão diretamente as receitas e os recursos dos Estados para atrair investimentos.

Mas o resultado da reunião foi bem mais modesto do que se poderia imaginar.

A meta mais concreta da Carta de São Paulo foi o compromisso de plantio de 100 milhões de mudas nativas até 2026. O Tratado da Mata Atlântica prevê a restauração de 90 mil hectares, a criação de corredores ecológicos terrestres e costeiro-marinhos e a construção de um plano integrado para o enfrentamento de eventos extremos relacionados a chuvas e estiagens, bem como um protocolo de políticas de prevenção e gestão de risco, monitoramento, resposta e atendimento emergencial em situações de crise.

É o que se extrai de melhor do documento.

Genérica e inespecífica, a Carta de São Paulo

menciona a necessidade de garantir a sustentabilidade fiscal dos Estados e de sugerir aperfeiçoamentos à **reforma tributária**. Na área de segurança pública, os governadores manifestaram apoio a uma "reforma do sistema de justiça criminal brasileiro" para aumentar "o custo do crime" no País - como se penas maiores e mais rígidas fossem a solução de um problema que assola todo o País.

Era de esperar que saísse algo menos superficial sobre tão relevantes temas.

Mas não é exagero afirmar que a baixa ambição do documento tem relação com a visão que Zema externou na entrevista, ao comparar os Estados do Norte e do Nordeste a "vaquinhas que produzem pouco", atraindo imediata antipatia para um consórcio que teria muito a contribuir com o País.

O "ato falho" de Zema remete ao período em que o consórcio começou a se reunir, em 2019. Segundo o governador mineiro, a pretensão eleitoral do ex-governador de São Paulo João Dória "atrapalhava" o consórcio e deixava os outros governadores "com um pé atrás". É sintomático, portanto, que ele não tenha percebido que o problema de origem do grupo permanece exatamente o mesmo.

Dos sete governadores, ao menos quatro se colocam como presidenciáveis - Ratinho Junior (PR), Eduardo Leite (RS), Tarcísio de Freitas (SP) e o próprio Zema. Fazer do Cosud um verdadeiro consórcio requer dessas lideranças que deixem de lado suas pretensões eleitorais individuais em favor da defesa dos interesses regionais e coletivos.

É óbvio que há pobreza no Sul e no Sudeste, populações a serem assistidas e localidades que precisam de apoio, a exemplo de municípios do Nordeste e do Norte do País. É precisamente isso que une os consórcios do Nordeste e da Amazônia Legal e que tem garantido o sucesso da maioria de suas demandas no Legislativo: o claro propósito de trabalhar para reduzir desigualdades, um objetivo expresso da Constituição de 1988. É nela, portanto, que o Cosud deveria se inspirar.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# O futuro na reforma tributária - HENRIQUE MEIRELLES

**HENRIQUE MEIRELLES**

O relatório do senador Eduardo Braga sobre a **reforma tributária** será votado este mês, mas a discussão de pontos fundamentais durará meses até a aprovação das leis complementares.

Um erro já perceptível é o aumento do Fundo de Desenvolvimento Regional do limite de R\$ 40 bilhões anuais proposto pelo Ministério da Fazenda para R\$ 60 bilhões. A criação de gastos que vigorarão por décadas vai contra o espírito do arcabouço fiscal e repete a prática de apostar no incerto.

De 2025 a 2032, o governo federal já abastecerá um Fundo de Compensações Fiscais para contemplar benefícios com o ICMS, que será extinto. Começará com R\$ 8 bilhões anuais, atingirá R\$ 32 bilhões anuais em 2028 e voltará a R\$ 8 bilhões em 2032, quando se encerra.

O Fundo de Desenvolvimento Regional foi criado para derrubar a resistência dos Estados, que foram contra a reforma durante 30 anos. Segundo o relator, o aumento do valor é a única forma de convencer os governadores a apoiarem a reforma.

A questão é que, a partir de 2029, o governo federal terá de fazer aportes anuais. Começará com R\$ 8 bilhões e subirá de forma gradual, até atingir R\$ 60 bilhões por ano em 2043, sem prazo para acabar.

Criar um gasto é uma solução ruim para qualquer problema.

Pior é fazer isso sem indicar uma fonte de receita para bancar a despesa. Um agravante é dizer que isso será resolvido com o crescimento da economia nos próximos anos. Essa justificativa já foi usada muitas vezes e não deu certo. Sabemos que aumentos de gastos públicos sem responsabilidade terminam em crises graves, como a de 2015-16.

Quando tratei aqui do arcabouço fiscal, apontei que seu principal defeito era apostar mais na arrecadação do que no corte de gastos, pois o governo controla a despesa, não a receita.

O mesmo vale para a crença de que o dinheiro do Fundo aparecerá com o crescimento da economia. O

desempenho do **PIB** depende de diversos fatores, a maior parte deles fora do controle dos governantes.

Quem garante que o Brasil crescerá o suficiente para aumentar a injeção de recursos neste Fundo até atingir R\$ 60 bilhões em 2043?

A reforma traz um enorme ganho, que é a simplificação do sistema com a fusão de cinco **tributos** em um IVA. Mas, à medida que este IVA tem quatro alíquotas e vários regimes especiais, a tendência é que a alíquota de referência seja maior. É impossível aprovar uma **reforma tributária** que agrade a todos. Sei o quanto é difícil negociar tantos interesses divergentes e que é preciso ceder para avançar. A questão é que não se deve perder de vista o objetivo maior.

Criar gasto é solução ruim, mas pior é fazer isso sem indicar uma fonte de receita para bancar

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Especialistas discutem impacto da Reforma Tributária na conta de luz



Em qualquer atividade produtiva e de serviços, e também no dia a dia das famílias, a energia elétrica é matéria básica e essencial. O texto da **Reforma Tributária** aprovado na Câmara, no entanto, não leva em conta essa essencialidade - já reconhecida no Congresso. Em 2022, os parlamentares entenderam que a energia deveria ser tributada de forma diferenciada de produtos supérfluos, como cigarro e bebida. A lei complementar 194/2022 estabeleceu a revisão da limitação das alíquotas, já que a energia é matéria básica para atividades produtivas e de serviço.

Consumidores, especialistas e o setor elétrico estão mobilizados para que, no Senado, o texto seja modificado e inclua um regime específico para o segmento ao considerar a energia elétrica um bem essencial e insumo indispensável para a prosperidade e o desenvolvimento econômico e social do país.

A modificação no Senado beneficiaria especialmente a população de baixa renda. Se for mantida a versão da Câmara, a conta de luz dessas famílias poderá ter aumento significativo, pois o texto elimina a isenção ou redução concedidas atualmente pelos estados, com a tarifa social de eletricidade. Com isso, a tributação ficaria a mesma para todos os consumidores.

As particularidades do setor elétrico em todas as etapas - geração, transmissão, distribuição e comercialização - serão debatidas amanhã, 31 de outubro, às 16h30, na live "Os impactos da **Reforma Tributária** na conta de luz", realizada pela Editora

Globo com patrocínio da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee).

O debate on-line será transmitido ao vivo nas redes sociais dos jornais O GLOBO e Valor e terá participação do diretor Institucional e Jurídico da Abradee, Wagner Ferreira; do senador Efraim Filho, coordenador do grupo de trabalho sobre **Reforma Tributária** da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado; do senador Eduardo Gomes; e da presidente do Conselho Nacional de Consumidores de Energia (Conacen), Rosimeire Costa. A mediação será do jornalista Milton Jung, âncora do "Jornal da CBN".

Entre os temas em discussão estará o efeito positivo da redução da conta de luz no Produto Interno Bruto (**PIB**).

- O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que uma redução de 10% na conta de luz tem um impacto positivo de 0,45% no **PIB**, por ano. A energia mais barata favorece o ambiente econômico, aumenta a atividade industrial e a capacidade competitiva.

Obtém-se o famoso "círculo virtuoso" na economia - afirma Wagner Ferreira.

Menos gasto com energia elétrica significa também maior poder de compra das famílias, que aumentam o consumo em diversas áreas, aquecendo a economia.

Especialistas enfatizam a importância de se manterem os direitos e benefícios da baixa renda. É um grande avanço reconhecer a necessidade de tratamento favorecido às classes mais pobres da população, com a tarifa social, que tem como consequência o aumento do seu poder de compra.

O conceito de baixa renda e, portanto, beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica, decorre de lei. Esse consumidor de baixa renda é um consumidor focalizável que é base de um cadastro robusto e auditável. Esta é uma política pública que já perdura 20 anos, com absoluto conhecimento e mérito de sua condição. As distribuidoras fazem a desoneração para o consumidor de baixa renda a partir dessa classificação. Elas conseguem focalizar individualmente cada uma das 17 milhões de unidades consumidoras - em torno de 70 milhões de pessoas.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

A ausência de preço justo da conta de luz impacta negativamente outro ponto essencial para o desenvolvimento do país, a competitividade, pois a tributação rígida poderá inibir investimentos em transição energética e inovação tecnológica.

A modificação do texto aprovado na Câmara é também uma questão de justiça social, pois, caso seja mantida a versão atual, consumidores beneficiados pela tarifa social, com isenção ou redução do ICMS sobre eletricidade, terão de pagar uma alíquota muito superior à atual.

"Não podemos permitir um regime em que a arrecadação penaliza os mais pobres, ampliando desigualdades", alerta Ferreira.

#### ENTENDA OS EFEITOS DA **REFORMA TRIBUTÁRIA** NA ENERGIA ELÉTRICA

COMO É HOJE Atualmente a energia elétrica é considerada um bem essencial, por ser estratégica para o desenvolvimento e a prosperidade de qualquer sociedade. A essencialidade da energia elétrica, já reconhecida em outros momentos pelo Congresso, permite a isenção ou redução da conta de luz de 17 milhões de famílias, por meio da tarifa social de eletricidade. Em torno de 20% dos consumidores de energia elétrica do país estão na faixa de baixa renda. No Maranhão, a proporção é de 40% e no Piauí chega a 44%.

**IMPACTO DA PEC** A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da **Reforma Tributária** aprovada na Câmara não reconhece a essencialidade da energia elétrica, sem levar em conta a contribuição fundamental do setor para o crescimento da economia. Se a energia elétrica deixar de ser essencial, as famílias de baixa renda, beneficiadas com alíquotas reduzidas ou isenção do ICMS cobrado pelos estados, terão que pagar o percentual-padrão, que vale para todos os consumidores, e verão um salto no valor da conta de luz.

**O QUE O SETOR PROPÕE** Tratamento favorecido ao consumidor de baixa renda por meio do mecanismo de desoneração integral e direta.

**CONSEQUÊNCIAS DA MUDANÇA** Elevação do poder de compra da baixa renda e, portanto, aumento do consumo, contribuindo para o crescimento da economia. Recursos economizados com eletricidade aumentam a riqueza do governo, promovendo desenvolvimento, emprego e renda.

**Desoneração direta e com efeitos imediatos** na conta de fornecimento ao consumidor de baixa renda, beneficiário de Tarifa Social de Energia Elétrica.

#### Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP

Especialistas discutem impacto da **Reforma Tributária** na conta de luz

# Aperto monetário nos EUA pode afetar queda nos juros, diz secretário



Guilherme Mello: no ano que vem, a atividade econômica terá como motor principal o mercado de crédito

**Lu Aiko Otta, Guilherme Pimenta e Jéssica Sant"Ana**

O processo de queda na taxa de juros no Brasil pode encontrar um limite que não estava presente com tanta intensidade no radar do governo há seis meses: o aperto monetário nos Estados Unidos. "Esse é o principal elemento que afeta as possibilidades de 2024", disse em entrevista ao Valor o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello. "É possível que a política monetária tenha que se ajustar, seja no timing ou na intensidade, a uma realidade diferente lá fora."

Embora o cenário projetado pelo governo ainda seja o de normalização monetária e queda das taxas longas nos Estados Unidos no primeiro semestre do ano que vem, a manutenção dos juros elevados lá fora terá como reflexo taxas mais elevadas do que o esperado também por aqui. Dessa forma, aumentam os riscos de a atividade econômica ser impactada, disse.

A esse quadro de incertezas, somou-se o conflito no Oriente Médio. Se a guerra entre Israel e o Hamas passar a envolver diretamente outros países, pode haver impacto nos preços do petróleo, com suas consequências para a **inflação** e juros aqui no Brasil.

Dois elementos ajudam a contrabalançar esse ambiente nebuloso, apontou Mello. O primeiro é que a economia chinesa não desacelerou tanto quanto o

esperado. O segundo, que diferentemente de outros momentos de turbulência internacional, o Brasil tem suportado o aumento no risco da política monetária dos EUA.

Embora alguns analistas de mercado trabalhem com o risco de uma recessão técnica este ano - dois trimestres, o terceiro e o quarto com retração da atividade - essa não é a expectativa do governo. Já era estimado que o terceiro trimestre seria fraco, disse Mello. Agora, já se considera o risco de haver uma pequena queda na atividade no período. O quarto trimestre, porém, deverá ser melhor, com o efeito do Desenrola e das festas de fim de ano. No ano que vem, aposta Mello, a atividade econômica terá como motor principal o mercado de crédito.

Apesar das dificuldades, o governo ainda acredita que será possível zerar o déficit fiscal no ano que vem, disse o secretário em entrevista realizada na quarta-feira, dois dias antes de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se manifestar sobre mudanças na meta de déficit zero em 2024. Mello foi procurado para falar sobre a declaração de Lula, mas não quis comentar o assunto.

**Valor:** O cenário externo mudou muito nas últimas semanas, com o aperto monetário nos Estados Unidos e o conflito no Oriente Médio. Quais os impactos na economia?

**Guilherme Mello:** De fato, a mudança no cenário externo nos impõe alguns desafios novos, que precisamos ficar atentos e acompanhar a evolução. A principal mudança desde o meio do ano foi a elevação nas taxas de juros das treasuries (títulos) americanas, principalmente as mais longas. Isso reflete também em uma economia americana mais aquecida do que o esperado, o que não é ruim, é positivo, mas é evidente que, quando os títulos públicos americanos têm taxa de juros mais alta, há impacto nos fluxos de capital do mundo inteiro. Uma novidade desse momento é que a economia brasileira se mostrou bastante resiliente a essas mudanças. Via de regra, o Brasil é uma das economias que apresentam taxa de juros mais volátil, câmbio mais volátil, é sempre o primeiro ou segundo. Dessa vez, não foi tanto assim, conseguimos desempenhar melhor que alguns pares, o que mostra que a economia brasileira tem sido vista como um lugar seguro para manter investimentos. A despeito da

mudança do cenário, nossa taxa de câmbio, nossa curva de juros e prêmios de risco não se comportaram mal. Eles reagem como no mundo inteiro, mas não no nível como acontecia no passado. Não entramos em uma crise e nem fomos campeões do mundo em volatilidade. Os investidores retiraram investimentos do mundo todo quando sobe juros nos EUA, mas o Brasil não foi o principal local da retirada. Por outro lado, cresce a percepção que as taxas de juros elevadas vão se manter por algum tempo. Esse cenário não estava tão claro assim há seis meses, ou pouco menos. Hoje ele é muito claro. E isso tem implicações para a política monetária e para a taxa de câmbio. O principal canal é a taxa de câmbio. Por enquanto, estamos vendo o real desempenhando bem, mantido o patamar próximo a R\$ 5, mas é evidente que, se a taxa de juros se mantiver em nível alto por mais tempo, nosso processo de flexibilização monetária pode encontrar um limite antes do que ocorreria se a situação da economia americana tivesse normalizada.

Valor: O senhor está dizendo que a taxa terminal da Selic não vai ser a esperada pelo mercado, de 8% ou 9%, vai ser mais alta?

Mello: Vai depender muito de quando o Fed vai iniciar o processo de flexibilização monetária, e mais do que isso, de quando as taxas longas vão começar a apresentar sinais de queda. Há um impacto na condução da política monetária, que precisa preservar um diferencial de juros em relação à economia americana, e obviamente que se a taxa de juros lá está mais alta, nossa taxa terá de terminar em patamar mais alto para manter esse diferencial. Esse é um elemento que, hoje, é o principal que afeta as possibilidades de 2024. É possível que a política monetária tenha que se ajustar, seja no timing ou na intensidade, a uma realidade diferente lá fora.

"Uma novidade desse momento é que a economia brasileira se mostrou bastante resiliente a essas mudanças"

Valor: Como isso impacta a previsão de crescimento do Brasil?

Mello: É muito difícil dizer, pois ainda há muita incerteza. Ainda trabalho com um cenário de normalização monetária e queda nas taxas longas nos EUA no primeiro semestre, mas têm analistas dizendo que isso só vai acontecer no segundo semestre. Precisamos acompanhar mais de perto, já que não estava tanto no nosso radar há seis meses e agora está bastante no nosso radar.

Valor: Mas como isso afeta o crescimento do **PIB** brasileiro? Governo vai rever as projeções?

Mello: Não rodamos a nova grade. Por enquanto, nossa percepção, olhando para o momento atual, é que ainda não há impacto visível dessa mudança, mas vamos construir um cenário: o majoritário do mercado e nosso é o de pouso suave da economia americana, desacelerando lentamente, chegar a uma taxa de crescimento mais baixa no ano que vem, com **inflação** mais baixa e

juros mais baixo. Esse é nosso cenário principal e isso não mudou, o que mudou é o prazo de quando vai acontecer. Acharmos que o desaquecimento começaria antes, que a queda na **inflação** seria antes. Agora, estamos jogando um pouco pra frente, assim como a flexibilização monetária. Mas manter taxas de juros bastante elevadas por mais tempo também aumenta a possibilidade de impactos mais pronunciados na atividade, em setores como mercado imobiliário, mercado financeiro. Então, os riscos para a atividade também crescem. A atividade vem se mostrando resiliente, mas se mantém a taxa de juros muito alta, em algum momento isso vai ceder e não se sabe como se dará esse processo que pode não ser tão suave mais quanto imaginado anteriormente.

Valor: E quais os impactos da guerra entre Israel e Hamas?

Mello: Nosso cenário ainda é o de não escalonamento. O que não retira a tragédia humanitária, mas do ponto de vista dos preços macroeconômicos, não aparece com tanta intensidade. É outro cenário que não estava no radar e agora se coloca, pois se houver escalonamento [com envolvimento de países produtores de petróleo], aí o impacto econômico será sentido no preço de petróleo.

Valor: E tem alguma boa notícia para o Brasil no cenário externo?

Mello: Tem uma novidade que é a China não estar desacelerando tanto quanto alguns acharam. Deve até superar um pouco o crescimento de 5%. O último dado de crescimento veio bom, e isso se deve a ações do governo chinês de capitalizar entes subnacionais, que é boa notícia, pois significa que o investimento vai ser um dos motores da sustentação do crescimento, e o investimento lá significa demanda de produtos que importamos.

Valor: Esse cenário chinês é suficiente para compensar o impacto da política monetária dos EUA?

Mello: Vai depender muito de como vai ocorrer a desaceleração dos EUA. Se for um pouso suave, o impacto de uma melhoria da China é mais relevante do ponto de vista da atividade. Mas para a política monetária, o que mais importa é o preço das

treasuries. Se houver desaceleração mais acentuada e até recessão nos EUA ano que vem, aí temos que avaliar o impacto. No nosso cenário, esse balanço de riscos pende hoje mais ao lado negativo, com a China confirmando o crescimento, mas os EUA e a guerra aparecendo como riscos potenciais para a atividade e política econômica.

Valor: E quais os impactos desse cenário no plano de zerar o déficit das contas públicas em 2024?

Mello: É óbvio que, se confirmado o cenário negativo lá fora, afetando o crescimento aqui, há mais um elemento desafiador no cenário fiscal também. Não é nenhuma novidade que a arrecadação, em parte, depende do desempenho do crescimento econômico.

Valor: E como se preparar diante desse cenário? O ministro tem falado da importância de fazer o dever de casa.

Mello: Seria muito positivo para o Brasil se a sociedade, Congresso e Judiciário fossem capazes de avançar o mais rapidamente possível com a agenda fiscal. O Congresso tem mostrado interesse e disposição em aprovar a agenda. Sim, há ajustes [aos textos enviados pelo governo], isso obviamente tem impacto [na arrecadação das medidas], mas o mais importante é o entendimento do caminho proposto.

Valor: A aprovação da **reforma tributária**, ainda que tenha efeitos só para o futuro, já afeta a perspectiva para 2024?

Mello: É possível que, principalmente empresas que queiram investir no Brasil, que apontam o ambiente tributário como limitante, certamente terão muito mais segurança de realizar esse investimento, já que vamos transitar do caos tributário atual a uma legislação moderna e compatível com as melhores práticas internacionais.

Valor: O senhor comentou a importância da agenda de arrecadação, mas as medidas enfrentam resistências. Se a agenda não for aprovada, o que o governo vai fazer para manter a atividade resiliente?

Mello: É evidente que se nós não conseguirmos avançar do ponto de vista da agenda fiscal, a velocidade com que vamos obter os resultados que projetávamos talvez não seja a mesma. Nós temos todas as condições, sem aumentar alíquota, apenas combatendo a distorção e promovendo justiça tributária, de construir um caminho de maior estabilidade fiscal, com uma melhor harmonia entre fiscal e monetário e um ambiente macroeconômico mais estável. Quando eu falei antes que o Brasil não tem se mostrado tão volátil quanto em outros

momentos, isso é fruto de um ambiente macro mais estável, que é pressuposto ao crescimento econômico.

Valor: E se não avançar?

Mello: A velocidade da recomposição do resultado primário depende, em boa parte, da velocidade da recomposição da receita. O resultado primário vai se recuperar ao longo do tempo, está garantido pelo arcabouço, que prevê o crescimento da receita sempre maior que a despesa. A discussão é em qual a velocidade. Nós ainda acreditamos que é possível caminhar para um cenário de reduzir o déficit para algo próximo de zero no próximo ano. Isso não depende só da vontade do governo, depende de uma série de variáveis, algumas delas a aprovação no Congresso, do desempenho da economia, e isso em parte está ligado ao cenário externo. No nosso cenário-base, nós seremos capazes de alcançar as metas que estabelecemos. Existem riscos, positivos e negativos. Ajustes impactam as estimativas de receita e podem gerar algum desafio maior no ano que vem, mas só de aprovar e avançar com essas medidas, é um passo importante.

Valor: Mas se não aprovar, será necessário revisar a meta de zerar o déficit fiscal?

Mello: Hoje não trabalhamos com revisão da meta. É evidente que as condições para alcançar esse objetivo podem se tornar mais fáceis ou mais difíceis. Hoje, nosso cenário-base é de zerar o déficit no ano que vem, aprovação das medidas e eventuais ajustes caso alguma coisa não saia

exatamente como o previsto.

Valor: Olhando para 2023, a arrecadação vem caindo e há analistas projetando até recessão técnica nos próximos dois trimestres. Qual a avaliação do governo?

Mello: Nosso cenário sempre mostrava que o terceiro trimestre ia ser o pior do ponto de vista da atividade. Na última grade, a gente previa 0,1% de crescimento no terceiro trimestre. Ou seja, uma estabilização do crescimento, praticamente. Os dados de agosto, principalmente de serviços, vieram abaixo do que esperávamos. Há duas grandes explicações: a primeira tem a ver com o fim da safra. O segundo tem a ver com serviços prestados às famílias, em particular hospedagem e alimentação fora do domicílio, que também surpreendeu para baixo, o que tem a ver com o fim das férias. Isso colocou um viés de um crescimento mais próximo a zero que a 0,1%.

"Hoje não trabalhamos com revisão da meta. Nosso cenário-base é de zerar o déficit fiscal no ano que

vem"

Valor: Então o cenário do governo ainda não é negativo pro terceiro trimestre?

Mello: Ainda não, apesar que obviamente cresce a hipótese de ter uma pequena queda em relação ao trimestre anterior. Não estou falando que está dado isso, mas cresce esse cenário. E tem uma margem de erro. Mas nós ainda estamos com uma perspectiva positiva para o último trimestre, já que vemos que alguns elementos com impacto [positivo], como o Desenrola, as festas do fim de ano, as férias e também o aumento da massa salarial, que tem se mostrado bastante consistente, combinada com uma taxa de desocupação baixa para o padrão histórico. Também há uma **inflação** menor para as famílias de baixa renda, muito puxada pela queda na **inflação** de alimentos, e certa aceleração de alguns programas de investimento, como Minha Casa Minha Vida, o Novo PAC. Isso constrói um cenário de um quarto trimestre positivo.

Valor: Há possibilidade de rever para baixo a previsão de crescimento de 3,2% do **PIB** em 2023?

Mello: Hoje, olhando os dados de agosto, esse cenário internacional um pouco mais difícil, os riscos para o lado negativo são um pouco maiores que os riscos pro lado positivo, mas nada muito relevante para este ano.

Valor: E para o ano que vem? A projeção de crescimento está em 2,3%.

Mello: Vamos ter que analisar o cenário internacional. Por enquanto, está em 2,3%, e me parece razoável que esse cenário se mantenha. Mas, claro, vai depender do que acontecer lá fora. Então, ainda tem um grau muito elevado de incerteza. Ou seja, nós sabemos que existem os riscos, eles estão colocados, mas é muito difícil saber qual é a probabilidade desse risco se concretizar. Então, por ora, nós mantemos algo parecido com que nós estávamos projetando, mas ainda não fechamos a grade [de parâmetros]. Me parece razoável supor que o crescimento do agro não vai repetir o crescimento deste ano. O El Nino ainda não está claro se o impacto final vai ser positivo ou negativo. Então o saldo ainda é incerto. Mas se o agro não vai ser o vetor principal [ de crescimento do **PIB**], serviços e indústria devem ter um desempenho um pouco melhor no ano que vem.

Valor: O mercado de crédito pode desempenhar um papel de puxar o crescimento da economia?

Mello: O mercado de crédito este ano segurou a atividade. Pode ser que no ano que vem ele seja um impulsionador da atividade, um papel importante para

impulsionar investimento e crescimento no ano que vem. Há o marco de garantias, que certamente vai ajudar a reduzir os spreads e aumentar a oferta de crédito.

Valor: O mecanismo de proteção cambial que a Fazenda vem desenhando junto com o BC, entra também para ajudar essa agenda?

Mello: Um dos elementos que limitam a atração de investimentos no Brasil é o sistema tributário complexo, outro é a volatilidade cambial. Quando alguém vai fazer investimento de longo prazo, ele capta em dólar e a incerteza sobre onde vai estar a taxa de câmbio daqui cinco anos é muito grande. Com isso, há a exigência de uma taxa de retorno muito maior. Se for possível mitigar esse risco ao criar um mecanismo moderno e inteligente, a taxa de retorno que ele vai exigir [para o investimento] será menor. Isso abre um rol enorme de possibilidades de investimento. Então, o que nós estamos fazendo é criar as condições para que o investimento no Brasil seja atrativo, não subsidiando, mas garantindo a estabilidade das principais variáveis, dando algum tipo de segurança para investir em projetos ligados à transformação ecológica.

#### Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Aperto monetário nos EUA pode afetar queda nos juros, diz secretário

#### Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187700?page=1&section=1>

# Aliados veem realismo na fala de Lula, enquanto oposição aponta fragilidade



Deputado Danilo Forte: afirmação de Lula não significa um sinal verde para o gasto desordenado no ano que vem

**Julia Lindner, Guilherme Pimenta e Andrea Jubé**

A declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que "difícilmente" o governo cumprirá a meta de déficit zero em 2024 foi considerada realista pelos aliados e pelo relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), deputado Danilo Forte (União Brasil-CE). A oposição, contudo, avaliou que a equipe econômica saiu fragilizada do episódio.

Na sexta-feira, em café da manhã com a imprensa, Lula alegou que não quer buscar o déficit zero para evitar "cortes em investimentos e obras". Nesse cenário, o relator da LDO, Danilo Forte, disse ao Valor que a afirmação de Lula "aproxima o orçamento da realidade", já que a peça orçamentária não deve ser "para inglês ver".

Forte ponderou que, diante da fala de Lula, deve voltar a se reunir com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a quem referiu-se como uma pessoa sempre "aberta ao diálogo". Mas alertou que o tempo urge, porque já nesta terça-feira (31) o texto preliminar da LDO será discutido na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

O relator discorda das críticas da oposição de que Lula deu sinal verde para o gasto desordenado no ano que vem. "Gastar à vontade seria deixar solto", o que não ocorrerá, avaliou.

Na mesma linha de Forte, o líder do MDB no Senado e relator da **reforma tributária**, Eduardo Braga (AM), considerou a fala de Lula "realista". Ele negou que isso possa atrapalhar de alguma forma a articulação do

governo no Congresso.

Já o senador Humberto Costa (PT-PE) foi assertivo: "[Lula] só disse o que todo mundo já sabia". O petista afirmou que nos últimos três meses já havia essa discussão interna no mercado e no Congresso de que a meta não seria cumprida, e acreditava-se que o governo deveria reconhecer esse fato.

"Isso já estava precificado", disse Costa. Ele alertou, todavia, que isso "não quer dizer que o governo vai afrouxar com a busca de uma situação que fique o mais próximo possível do déficit zero".

Ontem, a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), disse ao Valor que Lula "assumiu a responsabilidade ao dizer que é inexecutável a meta zero em 2024". Observou que o presidente "chamou para si a responsabilidade, inclusive para manter a responsabilidade do governo sobre os investimentos necessários para o país se desenvolver, gerar emprego e ter crescimento".

O líder do PSD no Senado, Otto Alencar (BA), observou ao Valor que o cumprimento do déficit zero ainda seria possível. Isso depende de o Congresso aprovar algumas medidas ainda neste ano, como o projeto de lei que prevê a taxaço de offshores e fundos exclusivos, o que tributa as apostas esportivas e o que trata da repatriação de ativos.

"Se aprovar essas matérias pode ser que ainda se atinja a meta de déficit zero", alegou.

Para a oposição, entretanto, a fala de Lula sinaliza que o governo vai relaxar com o equilíbrio das contas públicas. O presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI), afirmou que Lula "derrubou na prática o ministro da Fazenda", por contrariar a meta proposta por Haddad, e minou a "estabilidade fiscal".

O líder do PL no Senado, Carlos Portinho (RJ), avaliou que a sinalização de Lula indica que o país "caminha para uma crise econômica".

## Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Aliados veem realismo na fala de Lula, enquanto oposição aponta fragilidade

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187700?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187700?page=1&section=1)**

# Governo aposta em dez frentes para reduzir Custo Brasil nos próximos anos

## Redução do Custo Brasil

Propostas do governo federal para próximos seis meses

Frete	Instrumento
Racionalização dos encargos sobre energia	Apresentação de atos normativos ou legislativos
Remoção de barreiras à navegação hidroviária	Apresentação de atos normativos ou legislativos
Aprimoramento do sistema de garantias	Elaboração de PL
Desburocratização da instalação de estações aduaneiras do interior	Ajustes em PL apresentado
Harmonização das legislações municipais ligadas à conectividade	Apresentação de atos normativos ou legislativos
Prevenção de litígios tributários	Elaboração de PL
Retomada das exportações de serviços	Alinhamento do governo em torno de marco regulatório
Aprimoramento das condições de financiamento de BNDES e Finep	Apresentação de propostas
Estabilidade de funding para bancos de desenvolvimento	Alinhamento do governo em torno de texto legal
Isonomia tributária nas compras governamentais	Apresentação de atos normativos ou legislativos
Mapeamento de políticas internacionais para transição energética	Apresentação de relatório sobre o tema

Fonte: Secretaria de Competividade e Política Regulatória do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic)

## Estevão Taiar

O governo federal planeja nos próximos seis meses apresentar ou aprimorar atos normativos ou legislativos que diminuam o Custo Brasil em dez frentes. Elas vão desde a "racionalização" dos encargos setoriais sobre energia elétrica até a estabilidade de funding para bancos públicos. O trabalho vem sendo conduzido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

"Não há prioridades, mas existem áreas em que conseguimos entregar mais rapidamente do que outras", diz Andrea Macera, secretária de Competividade e Política Regulatória da pasta.

A agenda do governo para diminuir o Custo Brasil começou com a recriação, em julho, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI). Presidido pelo Mdic, o órgão é formado por 20 ministros, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e 21 representantes da sociedade civil, o que inclui entidades industriais e representantes de trabalhadores.

No início de setembro, o CNDI criou um grupo de trabalho para discutir estratégias para diminuir o Custo Brasil. Isso envolveu desde a elaboração de uma metodologia para "definir melhor" o que era esse conceito até o lançamento de uma consulta pública para ouvir a sociedade.

O Custo Brasil foi classificado, por exemplo, como a diferença entre o custo de produção no país e o de produção médio da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Já a consulta pública teve aproximadamente 1,3 mil contribuições, principalmente da indústria. Posteriormente, para

decidir quais eram as prioridades, foram avaliados fatores como número de contribuições sobre um mesmo tema, "transversalidade" do assunto e qual instrumento normativo ou legislativo seria necessário.

Entre as propostas, está a elaboração de um projeto de lei para "aprimorar o sistema geral de garantias".

Com apoio do Ministério da Fazenda, o Congresso aprovou no início de outubro o Marco Legal das Garantias. Mas existe a avaliação em parte da equipe econômica de que o texto aprovado tem foco excessivo em bens imóveis.

No entanto, "a maior parte dos ativos de micro e pequenas empresas são bens móveis", o que prejudica essas companhias menores, segundo um técnico.

Também faz parte das propostas para os próximos seis meses a apresentação de um "mapeamento de políticas internacionais de incentivo à transição energética".

Além dos atos previstos para o próximo semestre, há seis frentes em que o governo pretende avançar em até um ano. Existem por fim outros 24 projetos em andamento que podem diminuir o Custo Brasil, na avaliação do governo federal. Mas, por estarem neste momento fora do alcance direto, vêm apenas sendo "monitorados". Exemplos são a **reforma tributária** e a expansão de acordo comerciais.

Para Rafael Cagnin, economista chefe do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), as ações apresentadas pelo Mdic são "relevantes e pertinentes no conjunto" e fruto de "bom diálogo" com o setor privado. "É um movimento bastante positivo." Mas ele destaca que a queda do Custo Brasil também depende de outras agendas ainda mais estruturais, como uma **reforma tributária** bem elaborada, maior abertura comercial e diminuição dos spreads bancários.

Em nota, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) afirma que "enxerga de forma extremamente pertinente iniciativas do governo que contribuam com a diminuição do Custo Brasil" e que entende "como crucial a agenda estratégica posta pelo Mdic".

Criada no começo deste ano, a Secretaria de Competitividade e Política Regulatória tem também como outra prioridade o Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação que estabelece, entre outras mudanças, uma política de monitoramento e avaliação para as decisões de 130 órgãos reguladores ligados à União.

"Queremos que todas as regulações elaboradas pelo Executivo sejam baseadas em evidências", diz a secretária.

Uma terceira prioridade é, até julho de 2025, diminuir o prazo médio das decisões sobre patentes de 6,9 anos para 3 anos. O prazo médio leva em conta desde o pedido até a decisão sobre a concessão ou não da patente. Outras metas do plano são elevar, até 2025, as posições do Brasil nos rankings de países com mais: registros de marcas, de sexto para terceiro lugar, por exemplo.

A titular da Secretaria de Competitividade e Política Regulatória é doutora em Economia pela Universidade de Brasília (UnB), com experiência em questões microeconômicas, como defesa da concorrência e política industrial.

Macera fez a carreira principalmente como servidora pública, com passagens por Ministério da Fazenda e Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

"Existem áreas em que conseguimos entregar mais rapidamente do que outras" Andrea Macera

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187700?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187700?page=1&section=1)**

# Para vigorar no governo Lula, reforma precisa ser votada este ano, diz Braga



Braga: Frase de Lula sobre não cumprimento da meta fiscal "traz um senso de realismo", em função do cenário externo

**Julia Lindner, Caetano Tonet e César Felício**

O relator da **reforma tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDBAM), acredita que a janela de chance para fazer uma mudança tributária ainda no mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva está prestes a se fechar. Se a reforma não for promulgada este ano, as próprias regras do texto irão impedir sua vigência antes de 2026.

E, para votar neste ano, ele terá que comprimir as negociações: até o dia 7 de novembro irá ouvir governadores e setores sociais afetados pelo texto. Novas emendas, além das 207 já acolhidas, serão analisadas. O texto em seguida irá a plenário, para votação em dois turnos. A proposta vai em seguida para reexame na Câmara, antes de poder ser promulgada em dezembro.

Para garantir a agilidade da tramitação no Congresso, o relator na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), participa das negociações desde já. O senador deve conversar com Ribeiro essa segunda-feira, ao retornar de Manaus para Brasília. Braga também tem reunião na próxima terça-feira com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). Braga admitiu que um dos pontos de seu relatório que levantam resistências é o critério da partilha dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), que privilegia a divisão pelo Fundo

de Participação dos Estados (FPE), em relação à proporção da população.

Em entrevista ao Valor, Braga lembrou que diversos trechos da matéria terão de ser definidos posteriormente por lei complementar.

Não descartou a possibilidade de novas exceções serem incluídas, embora tenha sinalizado que a trava na carga tributária colocada na PEC limita a expansão das exceções.

"As exceções foram feitas de forma milimétrica", disse. "Tiramos exceções que foram concedidas. Se algo entrou, algo saiu". Ele disse que a cobrança de até 1% sobre a extração de recursos não renováveis no Imposto Seletivo pode ser aplicada no caso da extração de petróleo na margem equatorial, alvo de divergências no governo Lula.

A seguir os principais pontos da entrevista ao Valor: Valor: Boa parte das modificações feitas em seu parecer foi nas questões federativas, como a divisão do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR). Como convencer a Câmara a mantê-las ?

Eduardo Braga: O cobertor estava muito curto, R\$ 40 bilhões de reais eram muito pouco para o tamanho do desafio. Foi um avanço elevar o fundo para R\$ 60 bilhões. Agora a discussão está sobre o critério de distribuição do fundo. Optamos por critérios constitucionais, que é o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o da população. Tenho visto manifestações tanto a favor como o contrário. A grande maioria dos senadores, para não dizer a totalidade, acha que isso deve estar no texto constitucional, até para que a gente possa, de uma vez por todas, dirimir essa questão.

Valor: O senhor acha que a questão de partilha será alterada?

Braga: Vários ensaios foram elaborados, mas sempre esbarrávamos na questão de não ter respaldo constitucional. A partir do momento em que estabelecemos um critério de que precisava ser um comando que tivesse respaldo na Constituição, encontramos uma resposta. Estamos usando dois indicadores com mandamentos constitucionais.

Valor: O senhor comentou da possibilidade do aumento do fundo regional. Tem alguma outra negociação em curso com a Fazenda?

Braga: Não sou eu que vou defender aumento de fundo. O que eu estou dizendo é que, em conversas com membros da CCJ, estou ouvindo dizerem que gostariam de que o fundo fosse um pouco maior. Essa PEC muda dois fundamentos definitivamente na economia brasileira. A cobrança do imposto deixa de ser na origem, para ser no destino.

E o instrumento de atração de investimentos deixará de ser fiscal e passará a ser orçamentário financeiro.

O único instrumento que os estados terão será o fundo de desenvolvimento regional. E isso não é para 10 anos, é para os próximos 50 anos. Como relator, me vejo na obrigação de externar isso. Eu sinto que há uma conversa de senadores no sentido de que a demanda dos governadores, de R\$ 75 bilhões, que está na carta do Consefaz, seja estabelecida como uma meta deles nessa busca de encontrar o texto ideal para votar.

Valor: Tem sido bastante criticada a criação de uma alíquota favorecida para profissionais liberais.

Qual a lógica que levou o senhor a acatar essa excepcionalidade?

Braga: A lógica é que o que foi aprovado pela Câmara tributou tão elevadamente essas profissões regulamentadas que o que aconteceria é que elas ou passariam a ser tributadas na pessoa física ou no Simples Nacional, fazendo com que a arrecadação fosse muito menor. Você imagina os desmontes dos grandes escritórios de advocacia, de engenharia, de contabilidade, os grandes consultórios médicos que não estavam atendidos pelo texto que veio da Câmara. Eu não tenho nenhum problema se houver voto para derrotar esse ponto do meu relatório, é uma questão da democracia. Essas questões se resolvem nos votos. Se tem voto no parlamento para derrotar esse artigo eu não faço nenhum cavalo de batalha. Fizemos uma redução de 30% apenas para que nós pudéssemos aumentar a tributação sobre esses grandes escritórios e ao mesmo tempo não permitíssemos que houvesse o desmonte dessas carreiras.

Valor: Pode haver mais exceções?

Braga: Nós colocamos uma trava de carga tributária nesta reforma, exatamente com receio da explosão da alíquota tributária proposta por um modelo que não tem a econometria, não tem métrica comprovada. As exceções que foram incluídas no parecer do Senado

foram feitas de forma milimétrica.

Um exemplo é o saneamento básico, que, se fosse mantida a alíquota padrão como veio da Câmara, causaria um desequilíbrio na tarifa de prestação de serviços de saneamento em 5.568 municípios ou teríamos um aumento da conta de água e de esgoto.

Valor: Valor: Mas o senhor acha possível que a lista atual seja mudada ?

Braga: É certo que os segmentos econômicos vão agir das mais diversas maneiras. Mas o relatório que eu apresentei é um texto que tem métrica, que tem equilíbrio, procurei fazer equilíbrio, um critério de que precisava ser um comando que tivesse respaldo na Constituição, encontramos uma resposta. Estamos usando dois indicadores com mandamentos constitucionais.

Valor: O senhor comentou da possibilidade do aumento do fundo regional. Tem alguma outra negociação em curso com a Fazenda?

Braga: Não sou eu que vou defender aumento de fundo. O que eu estou dizendo é que, em conversas com membros da CCJ, estou ouvindo dizerem que gostariam de que o fundo fosse um pouco maior. Essa PEC muda dois fundamentos definitivamente na economia brasileira. A cobrança do imposto deixa de ser na origem, para ser no destino.

E o instrumento de atração de investimentos deixará de ser fiscal e passará a ser orçamentário financeiro.

O único instrumento que os estados terão será o fundo de desenvolvimento regional. E isso não é para 10 anos, é para os próximos 50 anos. Como relator, me vejo na obrigação de externar isso. Eu sinto que há uma conversa de senadores no sentido de que a demanda dos governadores, de R\$ 75 bilhões, que está na carta do Consefaz, seja estabelecida como uma meta deles nessa busca de encontrar o texto ideal para votar.

Valor: Tem sido bastante criticada a criação de uma alíquota favorecida para profissionais liberais.

Qual a lógica que levou o senhor a acatar essa excepcionalidade?

Braga: A lógica é que o que foi aprovado pela Câmara tributou tão elevadamente essas profissões regulamentadas que o que aconteceria é que elas ou passariam a ser tributadas na pessoa física ou no Simples Nacional, fazendo com que a arrecadação fosse muito menor. Você imagina os desmontes dos grandes escritórios de advocacia, de engenharia, de

contabilidade, os grandes consultórios médicos que não estavam atendidos pelo texto que veio da Câmara. Eu não tenho nenhum problema se houver voto para derrotar esse ponto do meu relatório, é uma questão da democracia. Essas questões se resolvem nos votos. Se tem voto no parlamento para derrotar esse artigo eu não faço nenhum cavalo de batalha. Fizemos uma redução de 30% apenas para que nós pudéssemos aumentar a tributação sobre esses grandes escritórios e ao mesmo tempo não permitíssemos que houvesse o desmonte dessas carreiras.

Valor: Pode haver mais exceções?

Braga: Nós colocamos uma trava de carga tributária nesta reforma, exatamente com receio da explosão da alíquota tributária proposta por um modelo que não tem a econometria, não tem métrica comprovada. As exceções que foram incluídas no parecer do Senado foram feitas de forma milimétrica.

Um exemplo é o saneamento básico, que, se fosse mantida a alíquota padrão como veio da Câmara, causaria um desequilíbrio na tarifa de prestação de serviços de saneamento em 5.568 municípios ou teríamos um aumento da conta de água e de esgoto.

Valor: Valor: Mas o senhor acha possível que a lista atual seja mudada ?

Braga: É certo que os segmentos econômicos vão agir das mais diversas maneiras. Mas o relatório que eu apresentei é um texto que tem métrica, que tem equilíbrio, procurou fazer equilíbrio,

"As exceções que foram incluídas no parecer do Senado foram feitas de forma milimétrica" Eduardo Braga

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20231027/>

# Senado abraça lobby de setores, e especialistas temem novas exceções na Reforma Tributária

**Idiana Tomazelli**

A tramitação da **Reforma Tributária** no Senado escancarou o lobby de diferentes setores em busca de tratamento diferenciado e a disposição dos parlamentares em atender aos pedidos, em detrimento de outros segmentos da economia e da própria coesão técnica do novo sistema tributário.

Especialistas afirmam que, frente às 693 emendas apresentadas, o relator, senador Eduardo Braga (MDB-AM), conseguiu fazer um bom trabalho ao barrar a maior parte das pressões. Ainda assim, flexibilizações vistas como inadequadas foram incluídas sob a bênção de figuras de peso na Casa.

O caso mais emblemático é a criação de uma alíquota específica para profissionais liberais, equivalente a 70% da cobrança padrão válida para a maior parte dos setores.

A medida vai beneficiar sobretudo advogados, engenheiros, contadores e outros membros de profissões regulamentadas que estão fora do Simples Nacional (ou seja, têm faturamento superior a R\$ 4,8 milhões ao ano).

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), foi um dos entusiastas da mudança. Ele chegou a se reunir com representantes do Conselho Federal da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e demonstrou apoio à medida -que não encontra paralelo em nenhum outro país com o sistema IVA (Imposto sobre Valor Agregado) a ser instituído pela Reforma.

"Quando o próprio presidente do Senado recebe os profissionais liberais e dá a entender que o pleito deles é legítimo, é muito difícil para o relator conter isso. Tenho certeza que o Eduardo Braga ouviu os especialistas, todos falaram que isso era um grande equívoco. Mas o relator não tem como barrar sozinho", afirma o economista e pesquisador Sérgio Gobetti, especialista na área tributária.

"Os senadores fizeram ouvidos moucos a todas as recomendações dos técnicos e especialistas. Eles demonstraram muito mais propensão a atender aos

lobbies e menos atenção ao que a área técnica tinha a dizer. Nem ouviram, em alguns casos. Minha sessão não tinha um senador ouvindo [além do relator]", afirma Gobetti, que participou de uma audiência pública sobre a proposta.

O presidente da CNS (Confederação Nacional de Serviços), Luigi Nese, critica pontos da Reforma, que pode onerar alguns serviços, mas afirma que a entidade evitou endossar pedidos setoriais. "Toda exceção faz com que outro pague a conta. Mostrei que não íamos atuar pedindo nada para nenhum setor. Pedimos a desoneração da folha, que fica distribuída para toda a sociedade", diz.

Ele reconhece o risco de aumento de carga para os liberais. "Mas a questão não é mais técnica, é política. Quem pode mais chora menos."

Especialistas e membros do governo estimam que a mudança deve ter efeito limitado sobre a alíquota dos novos **tributos**, que já era calculada entre 25,45% e 27% -entre as mais elevadas do mundo. Ainda assim, a concessão cria problemas de implementação e encoraja novas pressões.

A especialista Melina Rocha, consultora internacional de IVA, afirma que criar uma quarta alíquota para profissionais liberais é negativo, pois amplia a complexidade do novo sistema. A PEC (proposta de emenda à Constituição) previa antes três alíquotas: zero, padrão e reduzida (40% da padrão, ou seja, desconto de 60%).

Ela cita o caso da Índia, que adotou o sistema IVA em 2017 com cinco alíquotas (zero, 5%, 12%, 18% e 28%) para evitar aumento da carga individual sobre os setores. "Hoje eles se arrependem, estão tentando pelo menos voltar a um sistema de apenas três alíquotas. O resultado foi muito negativo em termos de caracterização de bens e serviços e judicialização. É uma lição para o Brasil", afirma.

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, reconhece o desafio de mudar o sistema tributário a partir de um modelo recheado de distorções e diferenças de tributação, como o atual. "É

mais difícil e, obviamente, gera toda essa pressão política", diz.

Em entrevista à Folha, ele criticou as novas exceções e disse que o ideal é não haver mais mudanças no texto.

Além dos profissionais liberais, o relator incluiu regimes específicos para saneamento, concessões de rodovias, comunicação institucional, companhias aéreas, agências de viagens e turismo e telecomunicações.

"A quantidade de exceções é ruim, mas não é uma crítica ao relator, especificamente. É uma crítica à má compreensão sobre o tema demonstrada pelo conjunto dos senadores", afirma Gobetti.

Melina Rocha lembra que, em outros países, o mais comum é limitar os tratamentos diferenciados a setores sensíveis, como saúde e educação. "A cada exceção que é incorporada no texto se perde um pouco mais em termos de impacto econômico", analisa.

Por outro lado, os especialistas afirmam que a divisão da cesta básica em uma mais restrita, com alíquota zero, e outra estendida, com cobrança equivalente a 40% da padrão, foi positiva para evitar uma desoneração ampla de itens consumidos inclusive por famílias de maior renda.

A preocupação agora é com as novas pressões que devem surgir até a votação, prevista para 7 de novembro na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado. Se até agora o relator conseguiu minimizar perdas, o risco é haver piora adicional no texto.

Diferentes setores já se mobilizam para pleitear mudanças. A CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), por exemplo, quer maior desconto na alíquota reduzida (de 60% para 80%) e maior limite de faturamento para produtores rurais ficarem fora do sistema IVA (dos atuais R\$ 3,6 milhões para R\$ 4,8 milhões).

"O setor agropecuário tem dúvidas sobre como se dará a cesta básica com tributação, embora reduzida. Pode acabar refletindo nos preços de toda a economia brasileira. O setor rerepresentará suas demandas aos senadores", afirma o coordenador do Núcleo Econômico da CNA, Renato Conchon.

A Abras (Associação Brasileira de Supermercados) também critica a mudança feita pelo relator e apoia o pedido pelo desconto maior de 80% sobre a alíquota padrão.

A CNI (Confederação Nacional da Indústria), por sua vez, divulgou nota criticando as flexibilizações. "A ampliação das exceções implica crescimento da alíquota padrão do IBS e CBS, prejudicando todas as atividades econômicas sujeitas ao regramento geral e, evidentemente, seus consumidores. Além disso, vale lembrar que as novas exceções não encontram paralelo com a experiência internacional do IVA", diz a entidade. A indústria espera uma redução de sua carga tributária a partir da aprovação da Reforma.

Há ainda mudanças feitas por Braga que desagradaram ao setor financeiro.

A Câmara havia incluído um dispositivo que proibia o aumento de carga sobre operações de crédito -medida que na prática evita maior taxação do spread bancário (diferença entre o custo de captação das instituições e o que elas cobram dos clientes nas operações de crédito).

Braga considerou inapropriado só o setor financeiro ter uma trava contra aumento de carga, em detrimento de outros setores. O relator não só tirou o dispositivo, mas o substituiu por um piso: nos primeiros cinco anos após a Reforma, a carga sobre o spread não poderá cair.

A Febraban (Federação Brasileira dos Bancos) criticou a mudança e a chamou de tabelamento da cunha fiscal sobre os empréstimos.

"Na prática, será uma proibição para reduzir o custo do crédito via tributação, impedindo o avanço de medidas que barateiem o crédito para as famílias e empresas", diz.

A avaliação no setor financeiro é que o relator colocou uma espécie de corrente que amarra o custo do crédito. Nesse cenário, mesmo que a trava da Câmara não seja retomada, ao menos a exclusão do piso seria considerada uma medida desejável.

O relator contesta as críticas da Febraban. Segundo ele, não houve nos últimos anos nenhuma redução na taxação do spread que justifique a preocupação com eventual amarra. "O que não pode é ser o único setor com uma trava", afirma.

No Ministério da Fazenda, a avaliação é de que se trata de uma decisão política. Do ponto de vista técnico, o governo não tem interesse em aumentar a tributação do spread no longo prazo, nem vê espaço para reduzir no curto prazo.

**Site:**

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/10/senado->

***abraca-lobby-de-setores-e-especialistas-temem-novas-  
excecoes-na-reforma-tributaria.shtml***

# Alcolumbre admite disputar presidência do Senado e nega campanha contra o STF

29.out.2023 às 23h15

Impedido de tentar o segundo mandato como presidente do Senado em 2021, o senador Davi Alcolumbre ( União Brasil -AP) admite disputar a presidência da Casa em 2025.

Em entrevista à Folha , ele trata o episódio passado como superado e afirma que, "se os senadores quiserem", ele vai aceitar.

Mesmo longe da cadeira de presidente há três anos, Alcolumbre mantém seu poder atuando fora dos holofotes, é padrinho da indicação de três ministros no governo Lula ( PT ), controla e distribui emendas e, também por isso, é peça fundamental na articulação no Senado .

Na entrevista, ele se diz "menos poderoso do que pensam", se recusa a falar de assuntos como Lava Jato, tira a responsabilidade de Jair Bolsonaro (PL) nos ataques golpistas de 8 de janeiro e se mostra fã de Augusto Aras , ex-procurador-geral criticado por ter engavetado investigações.

Alcolumbre também defende mais poder do Congresso sobre o Orçamento e nega existir uma campanha do Senado contra o STF (Supremo Tribunal Federal).

A rejeição do nome indicado para a Defensoria da União demonstra que o governo Lula não pode contar com o Senado?

Não. Eu acho que o governo está contando muito com o Senado. Todas as matérias relevantes para o governo passaram com certa facilidade. Tem, logicamente, as visões políticas de partidos que são base do governo, oposição e muitos senadores independentes. Acho que a maioria dos senadores, mesmo apoiando o governo nas matérias importantes e fazendo parte dessa construção política, se coloca em posição independente.

O sr. tem alguma conta sobre a base?

O governo tem, no Senado, mais de 45 votos. Eu acho. E acho que tem algumas matérias que o governo pode ter interesse e que a oposição pode se juntar, eu acho que eles têm 25 votos. E tem 10, 15

senadores aí meio que definindo, sendo [o grupo] fiel da balança.

O próprio governo faz a leitura de que a relação com o Congresso tem sido mediante "pagamento à vista".

Eu sei que o governo defende a coalizão. E eu também defendo. Acho que essa construção é feita com mais intensidade do que nós vivemos no governo passado. O ex-presidente Bolsonaro tinha restrições quando começou a governar o Brasil. Lula sempre falou que queria uma relação onde os partidos e as pessoas pudessem colaborar com o governo. E isso está acontecendo.

É o toma lá, dá cá?

Não, é composição. A gente não pode esquecer que a proposta vitoriosa nas eleições foi por 51% a 49% [dos votos]. Você tem um Congresso de centro-direita.

Na CCJ [Comissão de Constituição e Justiça], que o sr. preside, houve a aprovação de projetos do senador Sergio Moro . Depois, o governo foi derrotado no marco temporal e na PEC do Plasma. A impressão é a de que o sr. está sempre pressionando o governo.

Não, estou sempre ajudando o governo. É a narrativa que se passa na rua. É o contrário do que acontece. Quando a CCJ começa a trabalhar, a crítica é que eu estou atrapalhando o governo. Esse é o dilema grande de quem tem que decidir as coisas. Eu vivo isso na CCJ e tenho certeza que o presidente Arthur Lira vive isso na Câmara, o presidente Rodrigo Pacheco vive isso no Senado.

Se eu colocar para votar na CCJ as prioridades dos líderes, precisa de quatro Brasis para pagar a conta. Estou ajudando os brasileiros e ajudando o Brasil sem pautar coisas que não é nem o governo que não quer, é o Brasil que não resiste.

E na CPI do 8/1, por que o sr. cedeu informalmente sua vaga ao Moro?

Eu não cedi o lugar para o senador Moro. Eu tenho muitas atribuições que não é ficar sentado numa CPI acompanhando o debate de governo e oposição. Tenho que cuidar também do Amapá e do Brasil. Eu não vou parar a minha agenda para ir para a CPI.

Na votação das offshores na Câmara, o partido mais infiel foi a União Brasil. É um desempenho adequado para um partido com três ministérios?

Eu nem acompanhei a votação. Mas a gente precisa fazer uma reflexão. A União Brasil é um partido de centro-direita. Dos 59 deputados, tem uma conta que pelo menos 15 já anunciaram que não votam com o governo. Você passa a ter um partido de 45. Isso está precificado, todo mundo já sabe.

Quando o sr. indicou os ministros isso já estava na conta?

Não fui eu que indiquei os ministros, [foi] o partido. As pessoas consultam o senador Davi Alcolumbre por ser vice-presidente do partido, por ser da Executiva nacional, por ser ex-presidente do Senado.

Então o sr. não tem nenhum ministério?

Não, eu tenho uma indicação, do ex-governador Waldez Góes [ministro da Integração], que tem relação pessoal com a esquerda porque é do PDT. A União Brasil aceitou que uma pessoa filiada a outro partido, com uma experiência extraordinária, pudesse ocupar um ministério muito relevante.

Falando assim, parece que o sr. concorda que fez uma indicação, mas não se responsabiliza pelas outras duas.

Eu participei e me responsabilizo por todas as três [indicações] da União Brasil. Como todo o partido participou.

Quando a gente conversa com parlamentares sobre emendas, é comum ouvir que o sr. tem forte influência sobre o processo. Como funciona?

Primeiro, eu sempre defendi emenda. Sempre defendi que o parlamentar possa ter a condição de chegar nos rincões do Brasil onde o Estado brasileiro não vai chegar.

Mas que controle o sr. faz disso?

Controlo as minhas emendas. Eu tenho, como senador, recursos individuais, as emendas da nossa bancada e eu trato politicamente isso com os prefeitos do meu estado e com o governador.

Da sua parte.

Da minha parte. E da bancada do Amapá como coordenador.

De onde vem o poder do sr.?

Eu não tenho esse poder todo que falam. É porque eu converso muito com as pessoas. Eu escuto a necessidade. Quando eu percebo que é uma coisa simples, eu faço um encontro, levo no ministério, ajudo na relação.

Qual é a participação do sr. na presidência do Pacheco?

Eu sou um grande apoiador e entusiasta de um dos maiores líderes políticos do Brasil.

Existe uma cruzada contra o Supremo. Qual a opinião do sr.?

Não tem. A nossa relação é uma das melhores possíveis. O Supremo começou a ser muito atacado quando criaram CPI da Lava Toga, impeachment de ministro. Se você pegar meus dois anos na presidência do Senado, foi o momento em que eu fui mais atacado.

Era muito cômodo, se eu quisesse ser aplaudido por um milhão de pessoas na Paulista, abrir o impeachment de um ministro do Supremo. Eu fiz o certo, não abri.

Mas acha que é preciso fazer mudanças no Supremo?

A minha opinião é que tem que debater tudo. Quem tiver voto vai ganhar. Acho que a gente tem que prezar todo dia para cada um ficar dentro da sua esfera de atribuição. Muita gente inflama. Quando as pessoas falam que o Senado enfrentou o Supremo na votação do marco temporal, eu discordo totalmente. A [então] presidente [do STF] Rosa Weber botou na pauta uma agenda que estava paralisada há muito tempo. O Senado botou a sua também, que estava paralisada há muito tempo.

O Supremo está legislando?

É a reclamação.

O sr. concorda?

Não, é a reclamação. Tem uma coisa que poucas pessoas falam nos dias de hoje. Ano passado, alguns congressistas estavam propondo uma emenda constitucional para aumentar de 11 para 15 ministros da Suprema Corte. Quando essa conversa começou, muitos senadores, inclusive eu, foram contra. Então eu estou enfrentando o Supremo ou eu estou protegendo o Supremo?

O sr. se sentiu traído quando a maioria do STF proibiu

o sr. de disputar a reeleição de 2021?

Não, foi decisão judicial. A gente não discute, recorre. Como não tinha mais ninguém para recorrer, está tudo certo. Se você explicar para uma pessoa normal que todo mundo teve o direito de se candidatar novamente e que eu não tive só porque eu estava na mesma legislatura, ninguém vai entender. Não tem lógica.

E agora, o sr. está pronto para começar a campanha para a presidência?

A minha campanha prioritária já deu tudo certo ano passado [quando consegui a reeleição como senador]. Aqui no Senado, se você perguntar quem não pode ser candidato, só o Rodrigo não pode, porque ele já foi duas vezes. Então eu fico esperando o dia e a hora da decisão para ver o que Deus reserva para a gente nessa trajetória.

O sr. quer?

Se os senadores quiserem, eu vou aceitar.

Como está a relação com o núcleo bolsonarista do Senado?

Eu tenho relação pessoal com todas as pessoas. Eu trato com todas as pessoas, eu trato com os senadores do PT, do PL...

Há uma avaliação de que o sr. e o Pacheco estão acenando à ala bolsonarista.

Não é. A construção é na relação pessoal e institucional. Fico recebendo as demandas de todos os blocos. Recebo do PL, do PP . Fui deputado com o Ciro Nogueira [PP-PI]. Eu não posso conversar com o Ciro Nogueira, que foi ministro de [Jair] Bolsonaro? Ele é meu amigo. São oposição ao governo, mas são senadores, tenho que tratar com eles.

O sr. acha que Jair Bolsonaro fez por merecer a inelegibilidade?

Processo eleitoral é complicado. Quem tem que falar dele é quem estudou o processo. São os magistrados que lerem, os advogados que lerem. Eu não sou parte desse processo, então eu acompanho o resultado final.

Mas o senhor vê responsabilidade de Bolsonaro no 8/1?

Acompanhei aquilo, um absurdo, repudiei veementemente, mas eu acho que nós temos que construir esse Brasil para o futuro. Acho que não é responsabilidade de uma pessoa, é responsabilidade

dessa polarização.

Como está a relação com Bolsonaro?

Trato questões políticas com o senador Flávio Bolsonaro , que é meu amigo. Assim como sentei com o presidente Lula -eu nunca tinha apoiado o presidente Lula-, me comprometi a ajudar o governo. Tenho relação construída na política e tenho relação com todos os senadores do PL.

Como o sr. vê os reveses da Lava Jato?

Não tenho acompanhado isso. Estou cuidando da política aqui.

O sr. faz parte da política.

Pois é, mas eu não estou acompanhando isso. Questões jurídicas, está tudo certo. É advogado que tem que responder isso aí.

Houve excesso na Lava Jato?

Não estou focado nisso, estou cuidando de outras coisas.

Qual o saldo de Augusto Aras na Procuradoria-Geral da República?

Eu acho que o doutor Augusto Aras foi um grande Procurador-Geral da República.

Por quê?

Porque acho que foi. É o conceito que tenho. É um grande procurador, é um grande servidor público, foi um grande procurador da República.

Ele é visto como engavetador.

Por algumas pessoas. Eu o vejo como uma pessoa que deixou as coisas acontecerem e cada um cumprir com as suas obrigações. É por isso que eu admiro ele. Ele fez o papel onde não atrapalhou nem um lado, nem outro.

Também atribuem ao Aras o início da morte da Lava Jato.

Ah, não sei disso. Sei que é um grande brasileiro e eu acho que ele foi um dos grandes procuradores da República.

O sr. tem um candidato para a PGR atualmente?

Não tenho. Parece que estão conversando. Meu candidato era o Aras.

Não vai dar para ele?

Ainda não teve decisão. Meu candidato era o mesmo do Jaques Wagner [líder do governo no Senado], o Augusto Aras [risos].

O sr. acha que Lula vai avançar na autonomia do Orçamento, no domínio das emendas?

Acho que o Congresso cada vez mais deveria controlar o Orçamento. O governo tem suas atribuições e tem as suas condições de fazer as políticas públicas. E o Congresso também tem que ter a sua.

Qual a situação da Reforma Tributária?

A minha impressão é que está consolidada a tese da importância da Reforma Tributária para o Brasil.

Davi Alcolumbre, 46

Foi presidente do Senado entre 2019 e 2020 e é o presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Sem poder disputar a presidência do Senado pela segunda vez, ajudou a eleger o atual presidente, Rodrigo Pacheco ( PSD -MG). Foi deputado federal por três mandatos e vereador de Macapá (AP). Indicou três ministros no governo Lula pela União Brasil.

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/10/alcolumbre-admite-disputar-presidencia-do-senado-e-nega-campanha-contra-o-stf.shtml>**

# Governo tenta reduzir ruídos entre ministros após fala sobre déficit



Visões opostas. Fernando Haddad, da Economia, e Rui Costa, da Casa Civil, divergem sobre o controle dos gastos públicos



Alerta. Lula no café da manhã em que deu a declaração sobre o déficit zero

**ALICE CRAVO E VICTORIA ABEL**

A admissão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que o governo não cumprirá a meta de zerar o déficit público no ano que vem reacendeu uma disputa interna no governo: as diferentes visões dos ministros da Casa Civil, Rui Costa, e da Fazenda, Fernando Haddad, sobre gastos públicos. Logo após a declaração, representantes da Fazenda viram influência de Costa no conteúdo do discurso, enquanto Rui mantém os movimentos para tentar evitar que a meta fiscal gere corte de investimentos.

Em meio ao embate, outros membros do governo se apressaram em tentar colocar panos quentes para evitar que o imbróglio prejudique o Executivo.

Desde a repercussão da fala, proferida em um café da manhã com jornalistas na última sexta-feira, o Planalto

vem tentando amenizar o teor da declaração. Embora a equipe econômica tenha sido pega de surpresa - Haddad estava, inclusive, em um voo de Brasília para São Paulo -, auxiliares do presidente apontam, agora, que se tratou apenas de um debate antecipado, a ser travado em algum momento.

Integrantes da Fazenda acreditam que o discurso do presidente reflete o grau de influência de Rui Costa sobre ele. O anúncio descartando o cumprimento da meta estaria relacionado ainda a uma preocupação com os rumos do Programa de Aceleração do Crescimento, sob alçada da Casa Civil, devido ao receio do titular da pasta de que o bloqueio ou corte de recursos comprometa iniciativas do PAC, uma das principais bandeiras da gestão petista.

Publicamente, nem os ministros, nem os ministérios divulgaram qualquer **comunicado** no fim de semana. O silêncio faz parte da estratégia do Planalto para serenar os ânimos e evitar a possibilidade de novos ruídos. A avaliação é que uma queda de braço entre dois dos nomes mais influentes do governo poderia trazer prejuízos maiores neste momento.

Também faz parte da tática para afastar atritos a defesa de que a fala de Lula configurou somente uma opinião pessoal, focada na dificuldade de cumprir a meta - previsão compartilhada por vários membros do governo. Interlocutores do presidente acrescentam que a discussão sobre o déficit zero entraria na pauta em breve, de um modo ou de outro.

Isso porque o governo teme o impacto que a meta fiscal, tida internamente como apertada, causará sobre os gastos no ano que vem, em que haverá eleições municipais.

Pelas redes sociais, a presidente do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann (PR), sustentou que Lula protegeu Haddad ao reconhecer que a meta não seria atingida. A parlamentar e o ministro já protagonizaram, no começo do governo, embates sobre medidas econômicas, como a cobrança de **impostos** sobre combustíveis.

**TEMOR NO MERCADO** Ao elaborar o arcabouço fiscal, a Fazenda prometeu zerar o déficit em 2024, mas com uma margem de tolerância de até 0,25% do **PIB**, para baixo ou para cima. Auxiliares de Costa já

viam essa meta como muito estreita desde o início das discussões.

Lula, no entanto, afirmou na sexta-feira que o governo não deve cumprir a meta fiscal zero no próximo ano, alinhando-se à visão do titular da Casa Civil e indo de encontro ao compromisso firmado pelo Ministério da Fazenda.

-Eu acho que muitas vezes (o mercado) é ganancioso demais e fica cobrando uma meta que ele sabe que não vai ser cumprida. Então, sei da disposição do Haddad, da minha disposição. O que eu quero dizer é que nós dificilmente chegaremos à meta zero - disse Lula, acrescentando que irá mirar a parte inferior da meta fiscal e que pretende fazer de tudo para cumprir a regra.

O resultado das contas públicas é o balanço de receitas e despesas do governo, sem considerar o pagamento de juros.

Para 2024, enquanto a equipe econômica quer zerar esse saldo negativo, o mercado financeiro está projetando déficit próximo a 0,8% do **PIB**.

A fala de Lula gerou receio de investidores de que se abra caminho para uma alteração na meta em 2024. Isso impediria que o arcabouço fiscal acione, nos próximos anos, gatilhos de contenção de despesas previstos pelo texto aprovado em agosto no Congresso.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Mercado aposta em Selic a 12,25%



Em meio à desconfiança fiscal criada por falas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o Comitê de Política Monetária (Copom) se reúne amanhã e na quarta-feira para tomar mais uma decisão sobre a taxa básica de juros (Selic) - atualmente em 12,75%.

Há um consenso entre os analistas de mercado de que o índice terá mais uma redução de 0,50 ponto percentual, passando para 12,25%, em linha com o **comunicado** da última reunião realizada em 20 de setembro.

Se confirmada, esta será a terceira redução consecutiva e os juros chegarão ao menor nível desde junho de 2022, quando estavam no mesmo patamar. O Boletim Focus, divulgado na semana passada, voltou a reduzir as projeções para a **inflação**, que deve fechar o ano em 4,65%, de acordo com as estimativas.

Essa deve ser a primeira vez, desde 2020, que será cumprida a meta estipulada para a **inflação**, que em 2023 é de 3,25% - com 1,5 ponto percentual de tolerância. Ou seja, pode variar de 1,75% a 4,75%.

Para 2024, a expectativa passou de 3,88% para 3,87%. Para o término de 2025, foi mantida em 3,50%.

O economista-chefe da Mirae Asset, Julio Hegedus, reforçou que esse cenário corrobora para as expectativas de corte nos juros. "Não teremos nenhuma novidade na decisão do Copom, a aposta é mais um corte de 0,5 p.p [ponto percentual]. O importante será interpretar o **comunicado** e em seguida a ata, na próxima semana. Creio que o **comunicado** deve reconhecer o esforço do governo em avançar na agenda fiscal, não deixando de se

mostrar cauteloso sobre sua consecução", avaliou.

Na semana passada, o presidente Lula declarou que a meta fiscal não precisa ser de déficit zero e que esse resultado dificilmente será atingido, uma vez que não quer realizar cortes em investimentos e obras em 2024. A declaração repercutiu mal no mercado e impulsionou a alta dos juros futuros. De acordo com Hegedus, "os ruídos de sempre" do chefe do Executivo contribuem para a cautela da autoridade monetária.

Conflitos externos Além da reunião do Copom, os Estados Unidos também anunciaram sua decisão sobre as taxas de juros americanas, na chamada "Superquarta". Para Davi Lelis, analista e sócio da Valor Investimentos, existem três fatores no radar que podem modificar a intensidade do corte dos juros agora e na próxima reunião, marcada para os dias 12 e 13 de dezembro.

"O primeiro ponto que pode modificar essa intensidade é o aumento das tensões dos conflitos externos, como a guerra da Rússia contra a Ucrânia e a invasão terrestre da Faixa de Gaza, no conflito entre Israel e Hamas. Isso aumenta o prêmio de risco mundialmente, além de pressionar os preços do petróleo", disse, ao lembrar que um terço do petróleo consumido no mundo passa pela região da guerra no Oriente Médio.

Segundo Lelis, o Copom também deve monitorar assiduamente o aumento dos juros de longo prazo dos Estados Unidos. "Taxas de juros mundiais mais altas pressionam o Brasil para deixar as taxas aqui mais altas também.

Além disso, os juros altos nos EUA sugam capitais de outras moedas, deixando o dólar mais forte e consequentemente aumentando a **inflação** ao redor do mundo. Como o Brasil importa produtos também em dólar, pressiona a **inflação** interna", afirmou.

O terceiro ponto é a questão fiscal. O sócio da Valor Investimentos ponderou que as falas de Lula já eram de conhecimento do mercado e não devem ter impacto forte a longo prazo nas quedas de juros, apesar de causar temor no mercado.

"O que não pode acontecer é a perda de ancoragem da **inflação** e do compromisso fiscal em manter as contas públicas dentro do orçamento", destacou Lelis, ao avaliar que mesmo com esses fatores, as duas próximas reuniões devem manter cortes na Selic.

**Site:**

**<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/impressa/5217/30-10-2023.html?all=1>**

# Inflação deve fechar 2023 abaixo do teto da meta (Artigo)



Paulo Gala\*

O IPCA - 15 divulgado pelo IBGE subiu 0,21% em outubro, alinhando-se com as expectativas do mercado.

No mês anterior, a alta foi de 0,35%, indicando uma desaceleração importante da **inflação** no Brasil. O índice de difusão subiu ligeiramente de 41% para 47%, medindo a quantidade de preços que aumentaram.

Por outro lado, houve uma boa notícia na média dos núcleos de **inflação**, que caiu de 0,27% para 0,23%, lembrando que esses excluem as maiores altas e quedas de preços do índice. Os serviços subiram para 0,63% em comparação com 0,53% em setembro.

Com a recente notícia do corte de preços da gasolina pela Petrobras, o IPCA fechará perto de 4,6% neste ano, o que seria uma excelente notícia, pois o teto da meta é de 4,75%. Em 2024, a expectativa do mercado para o IPCA está em 3,5%.

A previsão de crescimento para o Brasil em 2023 é de 3%, com uma queda significativa na taxa de desemprego, para 7,8%, o nível mais baixo desde 2013. Nossas reservas continuam robustas, próximas a US\$ 350 bilhões, e a balança comercial deve registrar um superávit de mais de US\$ 80 bilhões neste ano.

Embora haja preocupação com o resultado fiscal de 2024, a expectativa é que o déficit primário fique em

torno de R\$ 50 bilhões.

Nesse cenário de convergência de **inflação** e relativa estabilidade da taxa de câmbio, esperamos mais duas reduções da Taxa Selic nas próximas reuniões, chegando a 11,75% em dezembro. Para 2024 é possível imaginar uma taxa abaixo de 10%, a depender da situação econômica dos Estados Unidos e dos preços do petróleo.

Na Europa, o Banco Central manteve as taxas de juros em 4% na reunião de outubro, dada a fraqueza na atividade econômica em comparação com os Estados Unidos. Do outro lado do Atlântico, a economia americana surpreendeu com um crescimento de 4,9% no terceiro trimestre, acima das expectativas e contrariando todas as previsões de recessão do início do ano.

A taxa de desemprego nos EUA continua muito baixa, próxima de 3,5%, que é a mínima histórica desde os anos 1960.

O forte crescimento nos Estados Unidos volta a trazer preocupações com a **inflação**, que acelerou para 3,7% devido ao aumento no preço do petróleo no mundo. O Federal Reserve (Fed) poderá apertar ainda mais a política monetária para tentar controlar a inflação. Os EUA têm um crescimento econômico robusto, mas as preocupações com a **inflação** persistem.

\* Economista-chefe do Banco Master de Investimento. Graduado em Economia pela FEA USP, Gala é mestre e doutor em Economia pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, instituição em que leciona desde 2002 e na qual foi coordenador do Mestrado Profissional em Economia e Finanças, entre 2008 e 2010. Foi pesquisador visitante nas universidades de Cambridge (RU) e Columbia (NY) e atuou como economista-chefe, gestor de fundos e CEO em instituições do mercado financeiro em São Paulo.

#### Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP  
**Inflação** deve fechar 2023 abaixo do teto da meta

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# A mudança da meta e a credibilidade do arcabouço - SERGIO LAMUCCI

**SERGIO LAMUCCI**

O novo arcabouço fiscal recebeu um golpe importante na sexta-feira, com a afirmação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que a meta do resultado primário de 2024 não precisa ser zero. Além de afetar os esforços do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de tentar conseguir do Congresso receitas para zerar o rombo do governo central no ano que vem, a declaração de Lula tem o potencial de causar estragos na credibilidade da nova regra.

O arcabouço já tem sido questionado por depender de um crescimento expressivo e incerto da arrecadação, necessário para bancar o aumento das despesas sempre acima da inflação, de 0,6% a 2,5% ao ano. Agora, o presidente indica que deve prevalecer a vontade do PT e da ala política do governo, resistentes a cortes de gastos no ano que vem.

A equipe econômica definiu para 2024 a meta de zerar o resultado primário (receitas menos despesas, exceto gastos com juros) do governo central, com o número podendo ficar dentro de uma banda de tolerância, que varia de um déficit de 0,25% do PIB a um superávit de 0,25% do PIB.

Para o economista-chefe do Citi Brasil, Leonardo Porto, mudar a meta de déficit primário zero em 2024 seria um sinal muito ruim, com potencial para afetar preços dos ativos brasileiros. O primeiro ponto é o da credibilidade do novo arcabouço fiscal, aprovado neste ano, diz ele. Haveria uma alteração importante sem que a nova regra fosse nem ao menos testada. "Se abrir mão da meta logo de cara, começa ferindo a credibilidade do arcabouço", afirma Porto.

Se o alvo de 2024 for abandonado ainda neste ano, haveria um sinal de falta de comprometimento como esforço fiscal, na visão do economista do Citi. O cumprimento da meta é considerado difícil pelos especialistas em contas públicas, que projetam um déficit um pouco inferior a 1% do PIB para o ano que vem. Mas seria melhor tentar cumpri-la, mostrando disposição para obter receitas adicionais com o Congresso e segurando gastos.

Porto lembra que o arcabouço tem mecanismos automáticos de ajuste. Se a meta de 2024 não for

cumprida, as despesas só poderão crescer a um ritmo de 50%, e não de 70%, da variação das receitas. Além disso, há bloqueios de gastos a serem feitos nos momentos de avaliação do comportamento das contas públicas. Especialistas consideram que será necessário um contingenciamento das despesas de pouco mais de R\$50 bilhões no começo do ano que vem, se houver a manutenção da meta de zerar o déficit do governo central.

Para o economista do Citi, mudar já o alvo de 2024 tende a indicar uma falta de comprometimento com o esforço fiscal não apenas do ano que vem. Se essa meta for alterada, há potencialmente uma mudança também na percepção do compromisso em relação aos anos seguintes, avalia Porto. Isso pioraria a trajetória esperada para a dívida pública como proporção do PIB, que já aponta um crescimento contínuo nos próximos anos. Pelo consenso de mercado do Boletim Focus do Banco Central (BC), a dívida bruta, que ficou em 74,4% do PIB em agosto, encerrará este ano em 76,05% do PIB e alcançará 87,4% do PIB em 2032, último ano para o qual há estimativas disponíveis. Se optar por afrouxar a meta fiscal de 2024 e dos anos seguintes, as estimativas para essa trajetória tendem a piorar.

Um ponto a ser considerado é que o Brasil tem contas externas sólidas, a começar pelas reservas internacionais, na casa de US\$ 344 bilhões. O país recebe ainda um volume expressivo de investimentos estrangeiros diretos, que alcançaram 3,21% do PIB nos 12 meses até agosto, cobrindo com folga o déficit em conta corrente (o resultado das transações com o exterior de bens, serviços e rendas), de 2,21% do PIB nesse período. Essa situação é um trunfo importante, que torna o país menos vulnerável a aumentos na aversão global ao risco, que ocorrem num cenário de elevação dos juros dos títulos do Tesouro americano de longo prazo, como o atual. A solidez das contas externas também leva parte dos investidores estrangeiros a relativizar um pouco os números fiscais do Brasil, ainda que a dívida bruta do país seja maior que a média dos emergentes, de 68,3% do PIB neste ano, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Esses fatores não justificam, porém, afrouxar a política fiscal, abandonando a meta de zerar o déficit em 2024. O novo arcabouço já tem problemas, como a dependência de receitas que podem não se

concretizar, além de não indicar a estabilização da dívida bruta como proporção do **PIB** nos próximos anos. O que a nova regra fez foi afastar riscos mais extremos e imediatos para as contas públicas. Mas se o governo desistir precocemente da meta, isso poderá afetar os preços dos ativos brasileiros, como diz Porto. Num cenário em que os juros dos títulos de 10 anos do Tesouro dos EUA estão próximos de 5% ao ano, isso pode colocar mais pressão sobre o câmbio, por exemplo, piorando as perspectivas para a **inflação** e, com isso, reduzindo o espaço para o BC cortar os juros nos próximos meses, hoje em 12,75% ao ano. Mudar a meta agora tende a ser contraproducente, podendo prejudicar o ritmo de crescimento da economia, elevar a **inflação** e impedir o alívio maior das despesas financeiras do setor público.

Sergio Lamucci é editor-executivo e escreve quinzenalmente

E-mail: sergio.lamucci@valor.com.br

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187700?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187700?page=1&section=1)**